

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM FILOSOFIA

LUCAS ROISENBERG RODRIGUES

**INCONSISTÊNCIA E RACIONALIDADE:
UMA INTRODUÇÃO AO PARADOXO DO PREFÁCIO**

Porto Alegre

2012

LUCAS ROISENBERG RODRIGUES

**INCONSISTÊNCIA E RACIONALIDADE:
UMA INTRODUÇÃO AO PARADOXO DO PREFÁCIO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida

Porto Alegre

2012

Lucas Roisenberg Rodrigues

**INCONSISTÊNCIA E RACIONALIDADE:
UMA INTRODUÇÃO AO PARADOXO DO PREFÁCIO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emerson Carlos Valcarenghi – UFPI.

Profa. Dr. Felipe De Matos Müller – PUCRS

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves De Almeida – PUCRS

Porto Alegre

2012

DEDICATÓRIA

Ao meu orientador, Cláudio Almeida, por ter propiciado a oportunidade de realizar este trabalho.

Aos meus pais, Telmo e Lola, pelo apoio e incentivo.

Ao meu irmão, Gabriel, que, mesmo distante, sempre esteve presente.

À Anelise, minha namorada e minha companheira.

RESUMO

Esta dissertação visa a explicar o problema conhecido como “Paradoxo do Prefácio” e também avaliar algumas das principais soluções sugeridas na literatura sobre o assunto. O Paradoxo do Prefácio é uma situação na qual, aparentemente, uma pessoa possui um conjunto de crenças inconsistentes e racionais. Como a consistência é considerada um dos requisitos mais básicos e fundamentais da racionalidade, o paradoxo tem recebido atenção crescente e suscitado reações diversas desde que foi, pela primeira vez, trazido a público. Ao longo da dissertação, também procuro mostrar que o paradoxo pode ser generalizado e que aponta para um problema importante e de difícil solução.

Palavras-chave: epistemologia, racionalidade, inconsistência, Paradoxo do Prefácio.

ABSTRACT

The dissertation aims to explain the so called “Preface Paradox”, and also evaluate some of the main solutions found in the literature about it. The Preface Paradox is a situation in which somebody has some set of seemingly rational inconsistent beliefs. Because consistency is considered a fundamental condition of rationality, the paradox has received some attention from the philosophical community, since it was first brought to public knowledge. I also try to show that the paradox can be generalized, and that it points at a important and hard problem.

Keywords: epistemology, rationality, inconsistency, Preface Paradox

“Está sempre certo, quem suspeita que erra.”

Provérbio espanhol

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – A SOLUÇÃO DE RYAN.....	51
FIGURA 2 – CRÍTICA A RYAN.....	52
FIGURA 3 – A ESTRUTURA DO PARADOXO DO PREFÁCIO.....	66

LISTA DE SÍMBOLOS

$\&$: sinal do operador lógico da conjunção

\sim : sinal do operador lógico da negação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	14
2.1 CONCEITO DE INCONSISTÊNCIA	14
2.2 JUSTIFICAÇÃO PROPOSICIONAL E DOXÁSTICA	16
2.3 FALIBILIDADE	18
2.4 PRINCÍPIO DO FECHAMENTO DA RACIONALIDADE.....	20
2.5 TEORIA DA ANULABILIDADE.....	20
3 APRESENTAÇÃO DO PARADOXO	23
4 IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA E CONEXÃO COM OUTROS TÓPICOS.....	27
4.1 LÓGICA E RACIONALIDADE.....	27
4.2 REDUÇÃO AO ABSURDO E A REVISÃO DE CRENÇAS.....	28
4.3 INCONSISTÊNCIA E COERÊNCIA.....	29
5 ALGUMAS SOLUÇÕES	32
5.1 A SOLUÇÃO DE HOFFMAN	32
5.2 AS SOLUÇÕES ADVERBIAIS	33
5.2.1 A SOLUÇÃO DE LACEY.....	33
5.2.2 A SOLUÇÃO DE NEW	37
5.2.3 A SOLUÇÃO DE EVNINE	39
5.3 A SOLUÇÃO DE OLIN	42
5.4 A SOLUÇÃO DE RYAN.....	47
5.5 A SOLUÇÃO DE LEHRER	52
6 O PARADOXO DO PREFÁCIO GENERALIZADO	59
6.1 O PARADOXO DA FALIBILIDADE.....	59
6.2 O EVENTO	60
6.3 A VIAGEM DE AVIÃO	62
6.4 ENCONTRO DE COLEGAS.....	63
6.5 MEMÓRIA PARCIAL.....	64
7 FORMA GERAL DO PARADOXO.....	66

8 UMA HIPÓTESE EXPLICATIVA	68
9 CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1 INTRODUÇÃO

A dissertação que o leitor tem em mãos visa a explicar o problema conhecido como “Paradoxo do Prefácio”, apresentar criticamente algumas das suas soluções e mostrar que ele pode ser generalizado. Exposto pela primeira vez pelo lógico inglês David Makinson (1965), o paradoxo não recebeu muita atenção até meados da década de 80, quando, em combinação com o denominado “paradoxo da loteria”¹, passou a ser empregado em favor da possibilidade de crenças racionais e inconsistentes. Trata-se de um tópico muito controverso, ao qual convergem algumas das mais interessantes questões da agenda epistemológica contemporânea. Ele foi motivado por uma constatação trivial, de que é comum encontrarmos em livros acadêmicos sentenças do tipo “os erros presentes neste livro são de minha responsabilidade”. Como essa afirmação geralmente se encontra no prefácio, o problema foi justamente batizado de “Paradoxo do Prefácio”.

Resumidamente, ele consiste em uma situação, ao que tudo indica, possível, na qual uma pessoa, ao refletir sobre a sua própria falibilidade e seu histórico de erros passados, infere que ela própria não pode estar certa em tudo o que crê, seja em um domínio específico de suas crenças, como foi pensando originalmente por Makinson, seja no domínio mais geral de todas as suas crenças – esse último denominado por Doris Olin (2003) de “paradoxo da falibilidade”. Todavia, essa autoatribuição de falibilidade, tão comum quanto aparentemente inócua, produz resultados inesperados.

Vamos supor que um determinado sujeito S possua um conjunto de crenças, tal que cada uma delas seja racional ou justificada². Esse conjunto é muito extenso e composto por n

1 O paradoxo da loteria foi pela primeira vez exposto por Kyburg (1961). O paradoxo pode ser apresentado da seguinte forma: vamos supor que vá acontecer um sorteio de loteria. Por hipótese, a loteria não é viciada, e todas as possibilidades são equiprováveis. Digamos que o bilhete T_1 tenha a probabilidade $1/n$ de ser sorteado, onde n é o número de bilhetes da loteria, e n é tão elevado quanto quisermos supor. Como n é um número muito elevado, a probabilidade do bilhete é muito baixa, tanto quanto quisermos. Quanto maior n , maior a probabilidade de que T_1 não seja sorteada. Em função da altíssima probabilidade, é racional crer que o bilhete T_1 não será sorteado. Todavia, o mesmo raciocínio aplicar-se-ia para cada um dos demais bilhetes da loteria. Assim, temos que:

$$T_1 \text{ não será sorteado, } T_2 \text{ não será sorteado... } T_n \text{ não será sorteado.}$$

Das proposições anteriores, pode-se inferir que nenhum bilhete será sorteado. Todavia, sabemos que algum bilhete será sorteado. Consequentemente, nenhum bilhete será sorteado, e algum bilhete será sorteado, o que é uma contradição. Assim, parece que é possível ter crenças inconsistentes (mais especificamente, contraditórias) e racionais. Para uma revisão extensa da literatura sobre o assunto, cf. Wheeler (2007) e Makinson (2011).

² Para todos os efeitos, “racionalidade” e “justificação” são termos considerados sinônimos.

elementos: P_1, P_2, \dots, P_n . O sujeito S , por hipótese, sabe também que é falível, e que é extremamente improvável, virtualmente impossível, que sejam verdadeiras *todas* as crenças pertencentes ao conjunto P_1, P_2, \dots, P_n , e que nenhum erro, por mais insignificante que seja, tenha passado despercebido por ele. Além do mais, ele lembra-se de, em situações como esta, geralmente ter encontrado ao menos algum erro em suas crenças.

Com base nessas considerações, ele conclui que *ao menos alguma* das crenças pertencentes a P_1, P_2, \dots, P_n deve ser falsa. Ora, se essa conclusão é racional, e cada uma de suas outras crenças pertencentes a P_1, P_2, \dots, P_n é racional, o que foi assumido por hipótese, então é possível que um conjunto de crenças seja racional e inconsistente. Um resultado paradoxal, sem sombra de dúvidas! Mas o que se pode concluir disto? Que devemos simplesmente aceitar alguns tipos de inconsistências? Ou, quem sabe, que o paradoxo é simplesmente um pseudoproblema?

A dissertação está dividida em quatro partes. Na primeira delas, faço algumas considerações preliminares, visando a explicar brevemente os conceitos mais importantes, e como os utilizo ao longo da dissertação. Assim, trato dos conceitos de inconsistência, contradição, justificação doxástica, justificação proposicional, falibilidade e derrotador. Também explico o denominado “princípio do fechamento da racionalidade”. Todas essas considerações são fundamentais e servem de apoio para a compreensão do problema.

No segundo capítulo, apresento o Paradoxo do Prefácio propriamente dito, visando a mostrar todas as consequências relevantes e identificar as premissas ocultas. Embora curto, esse capítulo é fundamental. Sem uma compreensão adequada do paradoxo, é vão tentar solucioná-lo. Logo em seguida, mostro por que o problema é relevante, e como ele se conecta com tópicos importantes da agenda epistemológica.

Na seção subsequente (capítulo 4), examino algumas das soluções para o Paradoxo do Prefácio. Não trato da alegação de que a racionalidade de inconsistências é *demonstrada* pelo paradoxo, e que essa é a melhor resposta ao problema, talvez a única solução possível, tal como argumentaram Klein (1985), Foley (1979) e Williams (1987). Considero que esse deve ser nosso último recurso, cujo mérito não será aqui debatido. A meta desta dissertação, mais modesta, é apresentar criticamente apenas *algumas* das soluções do problema. Ainda que o conjunto das propostas examinadas seja incompleto, elas formam uma amostra significativa da literatura, e servem de ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada sobre o tema.

São examinadas cinco soluções distintas. A primeira, proposta por Hoffmann (1968) e fundamentada em algumas distinções oriundas da filosofia da linguagem, argumenta que o

Paradoxo do Prefácio é uma falácia. A segunda delas, que denominei de “solução adverbial”, consiste em alegar que o sujeito S em questão deveria apenas crer que possível ou provavelmente erros foram cometidos, em vez de crer que erros foram efetivamente cometidos. Essa é uma tese bastante comum, o que é demonstrado pelo número de autores que a endossaram. A este respeito, destacam-se os artigos de Lacey (1970), New (1978) e Evnine (1999).

Também são abordadas as propostas de Olin (2003) e Ryan (1991). A primeira afirma que a proposição “eu tenho alguma crença falsa” (e outras similares) é o resultado de uma inferência problemática e produz resultados indesejáveis. A segunda alega que a proposição “alguma proposição do livro é falsa” é anulada pelo conjunto de todas as proposições contidas no livro.

Após examinar as tentativas de resolução, mostro que o Paradoxo do Prefácio pode ser generalizado. Para tanto, identifico alguns exemplos similares, que compartilham a mesma estrutura. Logo em seguida, apresento a forma comum destes casos e uma hipótese explicativa do fenômeno. Enfim, sem mais demora, iniciemos nossa investigação.

2 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Antes de apresentar ou formalizar o Paradoxo do Prefácio, faço algumas considerações, a fim de fornecer apoio para a compreensão do problema. Também explico como são utilizados e definidos os principais conceitos utilizados em minha explicação.

2.1 CONCEITO DE INCONSISTÊNCIA

Deve-se distinguir entre inconsistência e contradição. Um conjunto de proposições é consistente quando é possível que todos seus elementos sejam simultaneamente verdadeiros. A inconsistência é simplesmente a negação da consistência. Assim, um conjunto de proposições é inconsistente quando é impossível que todos os seus elementos sejam simultaneamente verdadeiros.

Duas proposições são contraditórias se, e somente se, uma é a negação da outra. Portanto, toda contradição é uma inconsistência, pois é impossível que contradições sejam verdadeiras; porém, pode haver conjuntos inconsistentes e não contraditórios de proposições³. Por exemplo, digamos que um sujeito S qualquer possua, entre outros, o seguinte conjunto de crenças:

“Todos os homens são mortais, Sócrates é homem, Sócrates não é mortal”.

Ora, não há no conjunto acima uma única proposição que seja contraditória (i.e., que, seja a negação da outra). Apenas *o conjunto como um todo* é inconsistente. Por conseguinte, a extensão do conceito de contradição deve estar contida na extensão do conceito de inconsistência, ou, dito de outra forma, o conjunto das crenças contraditórias é um subconjunto do conjunto das crenças inconsistentes.

Essa não é uma caracterização universalmente aceita, e “inconsistência” tem sido

³ Ao longo deste trabalho, assumo alguns princípios lógicos clássicos como o princípio do terceiro excluído e o princípio de não contradição. Se trabalhássemos com lógica não clássica, a situação seria bem diferente e muito do que é dito aqui deveria ser modificado ou reconsiderado.

empregada de forma ambígua. Por exemplo, Klein (1985) diz que um conjunto é inconsistente “se e somente se a conjunção de todos os seus elementos é uma impossibilidade lógica” (KLEIN, 1985, p.106-7). No mesmo texto, ele também distingue entre dois tipos de inconsistência: fraca e forte.

Um conjunto é fortemente inconsistente se contém ao menos dois elementos cuja conjunção é logicamente impossível. Um conjunto de proposições é fracamente inconsistente se é necessária a conjunção de mais de dois elementos para formar uma proposição inconsistente. Por exemplo, conjuntos da forma “P, Q e $\sim (P \& Q)$ ” são fracamente inconsistentes. Conjuntos da forma “P & $\sim P$ ” são inconsistências fortes.

Na mesma linha, Olin define inconsistência como inconsistência lógica. Por exemplo, ela diz: “um conjunto de enunciados é inconsistente se é logicamente impossível que todos os elementos do conjunto sejam verdadeiros” (OLIN, 2003, p. 61). Todavia, alguns autores caracterizam o conceito de maneira diferente. Por exemplo, Foley afirma que um conjunto de proposições é inconsistente se “é impossível que todos os seus elementos sejam verdadeiros” (FOLEY, 1987, p. 236), sem especificar o tipo de possibilidade envolvido. Também não é incomum que alguns autores, sobretudo os lógicos, afirmem que uma proposição ou conjunto de inconsistentes é inconsistente se, e somente se, implica uma contradição.

Assim, há pelo menos dois usos correntes do termo: sinônimo de impossibilidade lógica e sinônimo de incompatibilidade *em geral*. Não pretendo analisar detalhadamente os conceitos de possibilidade e necessidade; é suficiente, para os propósitos da presente dissertação, mostrar que existem diferentes gêneros de possibilidade e diferentes tipos de inconsistência.

Podemos distinguir, pelo menos, dois tipos principais de possibilidade: física (ou nômica) e lógica. A possibilidade física ou nômica está vinculada ao mundo tal como o conhecemos e às leis que o regem. Contudo, podemos plausivelmente aceitar que o mundo poderia ser inteiramente diferente do que ele é, regido por outro conjunto de leis, e que certas necessidades que têm vigência apenas para este mundo, tal como o conhecemos, não têm validade para qualquer outro mundo que pudéssemos conceber ou imaginar. Por exemplo, é logicamente necessário que $1+1=2$ ou que “se A é verdadeiro, e A implica B, então B é verdadeiro”. Já a proposição “é impossível ultrapassar a velocidade da luz” afirma apenas uma necessidade física.

A caracterização de inconsistência como incompatibilidade é mais geral e coerente com alguns usos importantes do termo “inconsistência”, sendo assim menos controversa. Por

exemplo, se eu sustentasse que estou em minha casa, e que estou na PUCRS, intuitivamente diríamos que tenho opiniões inconsistentes entre si, ainda que as duas crenças em questão sejam *logicamente compatíveis*, pois afinal seria logicamente possível que a PUCRS fosse de fato a minha casa.

Vejamos outro exemplo. Vamos supor que eu creia que estou em Porto Alegre, como de fato estou, e simultaneamente creia que tomarei um avião e estarei em Paris em 1 minuto. Ora, é impossível que eu esteja em Porto Alegre, logo em seguida tome um avião e desembarque em Paris em apenas um minuto. É impossível que essas três proposições sejam verdadeiras ao mesmo tempo. Contudo, a impossibilidade não é lógica; ela é apenas nômica ou física. Podemos conceber mundos em que isso seria possível. Por todas essas razões, empregarei o conceito de inconsistência como sinônimo de incompatibilidade.

2.2 JUSTIFICAÇÃO PROPOSICIONAL E DOXÁSTICA

Outra distinção fundamental é relativa aos conceitos de justificação proposicional e doxástica. Essa distinção ganhou aceitação progressiva na epistemologia contemporânea e é fundamental para a compreensão do tópico desta dissertação.

Imaginemos que um sujeito S qualquer com conhecimentos e habilidades matemáticas básicas, saiba comparar números, tendo algumas crenças justificadas a esse respeito. Por exemplo, ele crê que 2 é maior que 1, 3 é maior que 1, e assim por diante. Entretanto, S não possui crenças a respeito de *todas* as comparações numéricas possíveis; por exemplo, ele nunca formou qualquer crença ou opinião a respeito da proposição “365.074.987.789 é maior que 1”. Ainda que não tenha a crença de que “365.074.987.789 é maior que 1”, ela seria apropriada e justificada, em função de tudo o que ele sabe e acredita. Tudo o que S precisaria fazer para formar essa crença racionalmente seria considerar a proposição por alguns breves instantes. É um fato contingente que, nas circunstâncias atuais, ele não tenha formado essa crença.

Vejamos outro exemplo. Nunca formei qualquer crença a respeito da proposição “eu tenho mais de dois fios de cabelo em minha cabeça”. Contudo, tenho *razão* para acreditar nela. Todavia, isso não deve nos surpreender: não formamos crenças sobre todo e qualquer assunto, por mais irrelevante que seja, e por melhores que sejam as razões em favor. O

conjunto de tudo aquilo que seria apropriado e racional crer inclui o conjunto de tudo o que cremos racionalmente.

Para elucidar esses exemplos, devemos fazer uso da distinção entre ter justificação para crer e ter uma crença justificada. Um indivíduo possui justificação para crer em P quando seria apropriado crer em P e condizente com a sua situação epistêmica. Uma crença é justificada quando um sujeito possui justificação para crer e essa está conectada com a crença: ela é a razão, o porquê do seu juízo.

Para entender a necessidade da última cláusula, de que a justificação esteja conectada com a crença, considere o seguinte exemplo: suponha que dois detetives, digamos os detetives A e B, estão investigando um crime. Eles têm acesso aos mesmos fatos acerca do crime, e a sua evidência pode ser dita aproximadamente a mesma. Essa mesma evidência justifica a crença de que Fulano é o culpado. Por hipótese, o detetive A crê corretamente com base nas evidências compartilhadas de que Fulano é o culpado.

Contudo, a situação epistêmica dos investigadores não é idêntica. O detetive B certamente crê no mesmo que detetive A, ou seja, que Fulano é o culpado. Entretanto, a razão ou fundamento da crença de B não é a mesma: ele não acredita com fundamento nas mesmas evidências que B, mas a crença é simplesmente resultado de sua antipatia e ódio pelo acusado. O seu viés é tão forte que ele não consegue resistir à crença de que Fulano, um indivíduo tão detestável para ele, deve ser mesmo o culpado. A sua crença, portanto, não foi formada com base na evidência; ela foi resultado de um simples preconceito. Assim, embora os dois detetives tenham aproximadamente a mesma evidência, e também a mesma crença acerca do mesmo assunto, a situação de cada um deles é diferente em um aspecto fundamental: apenas o detetive A tem uma crença justificada ou racional. A razão disto parece ser que apenas o primeiro deles utilizou a evidência disponível, ou seja, apenas o detetive A formou a crença da maneira apropriada.

Das considerações anteriores, podemos extrair algumas relações interessantes. Se um sujeito S possui uma crença justificada P, então S possui justificação para crer em P. Contudo, o inverso não é verdadeiro. Do fato de que S possui justificação para crer em P não se segue que S possui crença justificada em P, pois S pode não ter utilizado a justificação na formação da crença em P, ou pode nem mesmo ter a crença de que P. Assim, o conceito de crença justificada é formado por dois conceitos mais simples, crença e justificação para crer, vinculados por uma cadeia causal. Ambos os componentes podem existir fora do composto, e é isso que a distinção revela.

Dessa forma, existe uma vantagem fundamental em fazer a distinção entre justificação proposicional e doxástica: a mesma permite-me desconsiderar o que um sujeito efetivamente ou de fato crê, e concentrar-me apenas no que *seria racional crer*. Assim, irei apenas me ocupar com o que seria apropriado, do ponto de vista da racionalidade, para um sujeito crer, dada a sua situação epistêmica.

2.3 FALIBILIDADE

O termo “falibilidade” aparece com frequência na maioria das discussões sobre o Paradoxo do Prefácio. Como muitos outros termos filosóficos, ele possui algumas nuances semânticas e é entendido de maneira diferente por alguns autores. Quanto ao que nos concerne, há pelo menos duas principais maneiras de entender o conceito, que podem ser denominadas de “interpretação possibilista” e “interpretação disposicional”.

Em uma análise preliminar, parece que um sujeito é falível quando é simplesmente *possível* que ele se engane. O problema dessa definição é que ela parece fraca demais, além de não ser suficientemente específica. Dependendo do tipo de possibilidade envolvida na definição, especialmente se for a possibilidade lógica, ela poderia ser considerada trivial ou sem grande significação filosófica.

Talvez se possa contornar essa dificuldade refinando-se o conceito de possibilidade. Alguém poderia apresentar uma caracterização condicional de possibilidade: um sujeito é falível quando um erro é compatível com a evidência que ele possui. Alternativamente, a possibilidade em questão poderia ser apenas nômica ou física. De acordo com essa perspectiva, um sujeito seria falível se o erro fosse compatível com as leis naturais (sociais, psicológicas, etc.) que supomos vigentes em nosso mundo.

Independentemente do que pensamos da interpretação possibilista, esboçada anteriormente, parece claro que ela não é a única. Uma maneira alternativa considera a falibilidade como tendência ou propensão ao erro. De acordo com essa explicação, “falibilidade” é um predicado disposicional, semelhante a outros predicados disposicionais, como, por exemplo, “frágil”. Um objeto é frágil não apenas se é *possível* que ele seja quebrado ou danificado, mas se ele também possui a disposição ou tendência para ser danificado.

Assim entenderam alguns autores, por exemplo, Evnine (1999). Ao tratar do Paradoxo do Prefácio, ele sugere que somos falíveis quando “nossos meios de aquisição de crenças são não confiáveis e propensos ao erro”⁴. Todavia, essa definição possui graves problemas e torna pouco plausível a afirmação de que somos falíveis. Afinal, se fosse correta, falibilidade seria um sinônimo de não confiabilidade, o que contraria o uso corrente e filosófico do termo e conduz a resultados indesejados. Alguém poderia alegar que se uma crença é resultado de um processo não confiável e propenso ao erro, então ela não é justificada, nem pode ser um caso de conhecimento. Essa não parece uma maneira adequada de caracterizar o conceito, que conectaria falibilismo e ceticismo.

Além do mais, existem ainda outras interpretações disposicionais do conceito de falibilidade. Por exemplo, Klein diz que um agente é falível se “ocasionalmente comete erros, mesmo quando faz o seu melhor para procurar verdades importantes e evitar falsidades”⁵. Doris Olin diz algo similar: “mesmo quando somos impecavelmente racionais, algumas vezes cometemos erros; somos falíveis apenas nesse sentido”⁶. A ideia de falibilidade como propensão ao erro ocasional é mais adequada que a definição genérica de falibilidade como propensão ao erro.

Embora pareça haver espaço para ambas as interpretações, o conceito de falibilidade, no que diz respeito ao Paradoxo do Prefácio, é utilizado invariavelmente de forma disposicional. Esse emprego do conceito de falibilidade é *também* evidenciado pelo fato de que muitos dos autores que tratam do Paradoxo do Prefácio apenas consideram que a falibilidade torna a ocorrência de um erro também muito *provável*, e não meramente possível, o que é mais coerente com a interpretação disposicional. Por essas razões, adoto a interpretação disposicional, mais especificamente, a interpretação sugerida por Klein e Olin, como tendência ou propensão ao erro ocasional.

⁴ “[...] our means of acquiring beliefs are unreliable and prone to failure.” (EVNINE, 1999, p. 204) [tradução livre minha]

⁵ “[...] occasionally make mistakes even when doing the very best to seek important truths and avoid falsehoods.” (KLEIN, 1986, p. 106-7) [tradução livre minha]

⁶ “Even when we are impeccably rational, we are sometimes led into error; we are fallible in just this sense.” (OLIN, 2004, p. 66) [tradução livre minha]

2.4 PRINCÍPIO DO FECHAMENTO DA RACIONALIDADE

Como todo mundo, tenho razão para crer em várias coisas, sobre os mais variados tópicos. Por exemplo, tenho razão para crer que meu nome é “Lucas” e tenho razão para crer que nasci em Porto Alegre. Se tenho razão para crer em cada uma dessas proposições individualmente, então tenho razão para crer na sua respectiva conjunção: que sou Lucas e nasci em Porto Alegre. As duas primeiras crenças justificam a crença na conjunção, e ao inferir a terceira a partir das duas primeiras, *adquiri* justificacão. A inferência válida, a partir de crenças justificadas, transmite ou carrega a justificacão para a conclusão.

O princípio que parece estar por trás de fatos elementares e cotidianos como esse pode ser formulado da seguinte maneira:

FR (fechamento da racionalidade): se é racional para S crer em P, e Q é dedutível de P, então é racional para S crer em Q com base em P.

FR simplesmente afirma que quando uma crença é racional ou justificada, então ela própria é uma razão adequada ou justificada para crer no que se segue dela, i.e. nas suas consequências lógicas. Assim, se um sujeito S possui justificacão para crer em P, e Q é dedutível de P, tudo o que precisaria fazer para crer racionalmente em Q seria simplesmente inferir Q a partir de P. Uma proposição P implica Q se é impossível que P seja verdadeira e Q seja falsa. Uma inferência é válida quando a conclusão é uma consequência lógica das premissas.

O princípio FR procura capturar e expressar um fato epistêmico trivial, de que crenças racionais autorizam ou justificam as crenças em suas consequências lógicas. Conforme veremos posteriormente, esse princípio desempenha um papel fundamental no debate relativo ao Paradoxo do Prefácio.

2.5 TEORIA DA ANULABILIDADE

O conceito de anulador requer alguns esclarecimentos. Digamos que um sujeito S

qualquer possua uma crença justificada P. Uma proposição D é um anulador de outra proposição P para um sujeito S se, caso D fosse justificada para S, então S não teria justificção (ou conhecimento, conforme o caso) para crer que P. É dessa forma que o conceito tem sido definido pela maior parte dos teóricos anulabilistas⁷.

Existe uma distinção importante na teoria da anulabilidade, proposta por John Pollock (1983). É praxe distinguir entre dois tipos básicos de anuladores: anulador evidencial (*undercutting defeater*) e anulador refutador (*rebutting defeater*). Uma proposição D₁ é um anulador refutador de P se, e somente se, D₁ anula a justificção para P e apoia a negação de P. Uma proposição D₂ é um anulador evidencial de P se, e somente se, D₂ anula a justificção para P, mas não apoia a negação de P.

A comparação entre duas situações semelhantes pode ilustrar essa distinção. Vamos supor que eu veja uma pessoa à distância, no outro lado da rua, e pense comigo mesmo “aquela pessoa do outro lado da rua é Luís, meu amigo”, formando assim a crença correspondente. Digamos que, logo em seguida, lembrei-me de algo: Luís possui um irmão gêmeo, Fernando, e ambos são indistinguíveis à distância. Ora, a crença justificada de que Luís possui um irmão gêmeo indistinguível à distância anula ou derrota a minha crença que aquela pessoa do outro lado da rua é Luís. Afinal, ela poderia ser tanto Luís como Fernando, e não tenho qualquer razão para preferir uma crença em função da outra. Todavia, deve-se concluir disso que possuo evidência para crer que aquela pessoa do outro lado da rua *não* é Luís? Aparentemente não, pois, afinal, aquela pessoa pode realmente ser Luís, e a contraevidência apenas cancela o apoio evidencial para a crença original; ela não é uma razão para *negar* a crença.

Consideremos agora um caso semelhante. Vamos supor que eu não tenha qualquer razão para crer que Luís tem um irmão gêmeo. Assim, logo após parecer avistá-lo do outro lado da rua, caminho em direção a ele, para cumprimentá-lo. Contudo, quando me aproximo dele, noto que fui enganado pelas aparências: aquela pessoa não é Luís, mas é meu amigo João. Nesse segundo caso, não apenas perdi a minha evidência ou razão para crer que aquela pessoa é Luís, mas adquiri evidência para crer que aquele *não* é Luís.

No primeiro caso, temos um anulador evidencial, pois é apenas a relação de apoio evidencial que é cancelada. Perdi razão para crer que estou vendo Luís do outro lado da rua, mas não porque tenha adquirido evidência para crer na sua negação. No segundo caso, trata-se

⁷ Uma exceção é Peter Klein (1981). Klein considera que uma proposição P pode anular a justificção para uma proposição Q para um sujeito S, ainda que P não seja justificada para um S.

um anulador refutador, pois ao aproximar-me da pessoa, ganhei uma evidência para acreditar que aquela pessoa *não* é Luís.

A relação de anulabilidade possui algumas propriedades interessantes. Uma das mais interessantes delas será denominada de “direção” ou “prioridade”. Vamos retomar o exemplo dos irmãos gêmeos. Parece que vejo Luís à distância, no outro lado da rua. Ao me aproximar dele, noto que não era Luís, mas era meu amigo João. Aparentemente, ao longo desse processo, perdi razão para crer que avistei Luís do outro lado da rua.

Essa não seria a única maneira concebível de responder à situação. Alguém poderia considerar que como aquela pessoa não pode ser simultaneamente Luís e João, a segunda aparência deve estar errada, e aquele indivíduo *não* é João. A segunda proposição, que aquele é João, foi anulada pela contraevidência de que ele é Luís.

Contudo, parece que este raciocínio não seria correto. Não foi a evidência de que ele é Luís que anulou a crença de que ele é João; foi a crença de que ele é João que anulou a crença de que ele é Luís. A evidência de que ele é João tem *prioridade* sobre a evidência de que ele é Luís. Podemos facilmente encontrar uma explicação desse fato; a visão de perto tem prioridade sobre a visão à distância.

Assim, sempre que for identificada uma relação de anulabilidade entre duas proposições, é cabível perguntar: qual a direção da relação? Qual proposição tem prioridade sobre outra? Em muitos casos, parece óbvio qual a direção de anulabilidade. Porém, nem sempre é claro qual proposição tem prioridade sobre outra em determinada situação, e divergências costumam surgir. Esse conceito, direção ou prioridade, é uma ferramenta útil para explicar e compreender o Paradoxo do Prefácio.

3 APRESENTAÇÃO DO PARADOXO

Vimos anteriormente alguns conceitos preliminares. É hora de apresentar o problema propriamente dito. Para ilustrar e compreender do que se trata afinal o Paradoxo do Prefácio, construo uma versão dele.

Suponha que um determinado autor acadêmico, denominemo-lo “Silva”, acaba de escrever um livro. Digamos ainda que o autor foi extremamente cuidadoso em cada sentença que escreveu, e que tem justificção para crer em cada proposição expressa no livro.

O conjunto de proposições do livro é o conjunto P_1, P_2, \dots, P_n de n proposições. Assim, o autor tem justificção para crer em cada uma das seguintes proposições:

(I) P_1, P_2, \dots, P_n ⁸

Silva também tem razão para crer que há ao menos alguma proposição falsa no livro. Seu livro contém uma imensa quantidade de detalhes e informações, e é extremamente improvável, virtualmente impossível, que o autor esteja correto em todas as crenças que expressou no livro. Afinal, ele é um escritor como qualquer um dos demais – *sabe* que cometeu ao menos algum erro em muitas situações similares a esta. Não seria racional ou razoável julgar que o mesmo deve estar acontecendo no momento presente? Que razão haveria para julgar que a presente situação é diferente das demais? Assim, Silva tem razão para crer que⁹:

(II) Há uma proposição P_i , tal que P_i está contida no texto principal do livro, e P_i é falsa¹⁰.

⁸ Deve-se reparar que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” é um conjunto ou lista de proposições, não uma proposição. Por brevidade, expressões do tipo “crença em P_1, P_2, \dots, P_n ” são consideradas como sinônimos de expressões do tipo “a crença em cada proposição pertence ao conjunto P_1, P_2, \dots, P_n ”.

⁹ A proposição “(II)” também é denominada de “proposição do prefácio”.

¹⁰ É importante introduzir a cláusula “no texto principal do livro” na proposição do prefácio. Caso contrário, o paradoxo do prefácio tornar-se-ia apenas uma versão diferente do paradoxo do mentiroso. Estipulemos que “texto principal do livro” significa texto completo do livro, com exceção do prefácio. Agora suponhamos que a proposição do prefácio não esteja restrita ao texto principal do livro, mas diga respeito ao livro em sua totalidade. Nesse caso, se ela for falsa, então ela é verdadeira, pois existe ao menos uma proposição falsa no livro, a saber, ela mesma. Contudo, se ela for verdadeira, e todas as outras proposições do livro forem, por hipótese, verdadeiras, então necessariamente existe alguma outra proposição falsa no livro, visto que ela própria não pode ser falsa, pois se fosse falsa, então seria verdadeira; donde se segue que se alguém escreve que existe

É verdade que P_1, P_2, \dots, P_n são todas as proposições do livro e, por hipótese, Silva tem justificação ou autorização para crer que¹¹:

(III) “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as crenças do texto principal do livro.

Ora, (II) e (III) fornecem razão para crer que:

(IV) $\sim (P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$

De (I), pode-se inferir que:

$(P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$

Essa inferência é válida e pode ser representada da seguinte forma:

$$\begin{array}{l} P_1 \\ P_2 \\ P_3 \\ \cdot \\ \cdot \\ \underline{P_n} \\ P_1 \ \& \ P_2 \ \& \ P_3 \dots \ \& \ P_n \end{array}$$

Por exemplo, é verdade que sou gaúcho e que sou de Porto Alegre. Dessas duas primeiras proposições, infiro a proposição “sou um gaúcho de Porto Alegre”, a qual pode ser analisada como “sou gaúcho e sou de Porto Alegre”.

Se um conjunto de proposições implica uma contradição, então o conjunto é inconsistente. Digamos que P e Q impliquem $(P \ \& \ \sim P)$. Se P e Q pudessem ser verdadeiras, então seria possível que $(P \ \& \ \sim P)$ fosse verdadeira. Ora, é impossível que $(P \ \& \ \sim P)$ seja verdadeira. Portanto, é impossível que P e Q sejam verdadeiras, ou seja, o conjunto é

alguma proposição falsa no livro (por qualquer motivo ou razão que seja), então alguma outra sentença do livro deve ser falsa. Ora, é absurdo que simplesmente inserir uma sentença como esta falsifique outra sentença, independentemente do conteúdo do livro. Além do mais, se o livro em questão fosse composto apenas por proposições necessariamente verdadeiras, então alguma proposição necessariamente verdadeira seria falsa, o que é absurdo! Consequentemente, considera-se que proposição do prefácio não está incluída no texto principal do livro.

¹¹ Talvez se duvide que Silva poderia ter justificação para crer que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as crenças do livro. Esta dúvida é respondida quando examinamos a solução de Evnine.

inconsistente.

Assim, (I) e (IV) formam o seguinte conjunto:

$$(V) P_1, P_2... P_n, \sim (P_1 \& P_2... \& P_n)$$

Todavia, $P_1, P_2... P_n$ implicam $(P_1 \& P_2... \& P_n)$. Dessa forma, o conjunto (V) implica $(P_1 \& P_2... \& P_n) \& \sim (P_1 \& P_2... \& P_n)$. Portanto, o conjunto implica uma contradição e é um conjunto inconsistente.

Contudo, parece que Silva tem razão para crer tanto em (I) quanto em (IV), que formam o conjunto inconsistente (V). Por conseguinte,

Consequência 1 (C1): Pode-se ter justificação para acreditar em proposições inconsistentes.

Se FR é correto, então é racional para Silva crer em (V) a partir de (I). Combinando (IV) e (V), temos que é racional para ele crer que:

$$(VI) (P_1 \& P_2... \& P_n) \& \sim (P_1 \& P_2... \& P_n)$$

Ora, (VI) é contraditória. Consequentemente,

Consequência 2 (C2): é possível ter justificação para crer em contradições.

Vimos que uma proposição P implica uma proposição Q se é impossível que P seja verdadeira e Q seja falsa. Ora, é impossível que contradições sejam verdadeiras. Assim, se P é contraditória, então é impossível que P seja verdadeira. Se for impossível que P seja verdadeira, então é impossível que P seja verdadeira e Q seja falsa, onde Q é uma proposição qualquer. Consequentemente, se P é uma proposição contraditória, então P implica todas as outras proposições¹².

Mediante nova aplicação de FR, pode-se inferir que qualquer proposição é justificada

¹² Não estou considerando algumas teorias alternativas, como o dialetismo, do filósofo australiano Graham Priest (2006). De acordo com essa posição, marginal na história da filosofia, uma contradição não implica qualquer proposição.

ou racional para Silva. Assim,

Consequência 3 (C3): Qualquer crença é justificada para Silva.

4 IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA E CONEXÃO COM OUTROS TÓPICOS

Apresentei anteriormente o paradoxo e alguns conceitos preliminares. Após explicar os conceitos fundamentais e compreender o paradoxo, devo fazer duas perguntas cruciais: por que afinal de contas o Paradoxo do Prefácio deve ser considerado um problema relevante? Que outros tópicos epistemológicos importantes estão relacionados a ele?

A seguir, trato de algumas possíveis respostas a essas perguntas. Não suponho que sejam as únicas, nem que sejam conclusivas e definitivas. Apenas apresento algumas conexões interessantes.

4.1 LÓGICA E RACIONALIDADE

Vamos retomar a formulação inicial do paradoxo. Suponhamos que é permitido que o autor (no caso, Silva) tenha crenças inconsistentes, ou seja, que seja verdadeiro o princípio C1. Quando apresentamos o paradoxo, deduzimos de C1 duas consequências paradoxais: C2 e C3. Em outros termos, da autorização de crenças inconsistentes, deduzimos a autorização em crenças contraditórias e, por fim, em qualquer crença. Como não pode ser aceitável crer em contradições, muito menos crer em qualquer proposição, não pode ser autorizável crer em inconsistências. Esta é uma conclusão absurda e que exige uma resposta.

Uma das respostas mais interessantes ao Paradoxo do Prefácio, mas que não é examinada detalhadamente aqui, consiste em simultaneamente aceitar a racionalidade de inconsistências e rejeitar o princípio do fechamento da racionalidade. Essa estratégia visa a evitar a passagem de C1 para C2 e C3 e, ao mesmo tempo manter a força e plausibilidade do paradoxo. De fato, alguns autores importantes como Williams (1987), Foley (1979) e Klein (1985) alegam que alguns casos de inconsistências são aceitáveis, e que em função do Paradoxo do Prefácio devemos revisar algumas das nossas ideias fundamentais sobre racionalidade. Williams afirma explicitamente que o Paradoxo do Prefácio é uma *prova* de que pode haver crenças racionais e inconsistentes e de que o princípio do fechamento da racionalidade é falso.

No debate relativo ao Paradoxo do Prefácio, a correção do princípio de fechamento de

racionalidade é um tema recorrente e fundamental. O mesmo está no centro do debate relativo ao papel das relações entre lógica e racionalidade e visa a articular a maneira como a primeira deve impactar ou limitar a segunda.

Alguns autores, como Christensen (2004), sustentam que o Paradoxo do Prefácio lança dúvidas sobre a plausibilidade do princípio de fechamento e convida a se repensar o impacto da lógica sobre racionalidade. Em um livro bastante interessante, *Putting logic In It's place*, o autor procurou responder às seguintes perguntas: qual o tipo de relação entre lógica e racionalidade? Em que medida, e de que forma, a lógica deve influir em nossos julgamentos acerca do que é racional e não é racional crer?

Segundo Christensen, existem dois princípios que inicialmente visam a explicar o impacto da lógica sobre a racionalidade. O primeiro deles, que ele denomina de “consistência dedutiva”, simplesmente afirma que um agente racional deve ser consistente, *o que é justamente questionado do paradoxo*. O segundo, que Christensen denomina de “fechamento dedutivo”, afirma que é racional um sujeito acreditar nas consequências dedutivas daquilo que acredita racionalmente. Este princípio também desempenha um papel fundamental no Paradoxo do Prefácio e corresponde ao que denominei de “princípio do fechamento da racionalidade”. Conforme vemos, essas duas teses estão envolvidas diretamente no Paradoxo do Prefácio¹³. Portanto, o Paradoxo do Prefácio está no coração do debate acerca do impacto da lógica sobre a racionalidade.

4.2 REDUÇÃO AO ABSURDO E A REVISÃO DE CRENÇAS

Existe outro tópico importante. Alguém certamente poderia perguntar: “Se crenças inconsistentes podem ser racionais, o que torna possível determinadas formas do raciocínio por redução ao absurdo?” Afinal de contas, um raciocínio por redução ao absurdo é, pelo menos comumente, um raciocínio no qual se rejeita uma determinada proposição porque ela implica uma inconsistência.

¹³ Curiosamente, Christensen utiliza o paradoxo do prefácio para argumentar em favor da *rejeição* desses dois princípios. No mesmo livro, *Putting Logic in it's Place*, ele também afirma que o paradoxo do prefácio serve como poderosa razão em favor do que denomina “modelo gradualista do conceito de crença”, e a uma nova maneira de fazer epistemologia. Tratar desses temas exigiria uma dissertação à parte, mas não posso furtar-me de assinalar a conexão do paradoxo do prefácio com esses tópicos.

Digamos que uma proposição P implique uma proposição Q inconsistente. Uma vez que inconsistências são autorizáveis, por que o fato de uma proposição P implicar alguma outra proposição autorizável ou justificada, deveria ser razão para rejeitar P? Assim, se inconsistências pudessem ser racionais, uma situação como a seguinte seria possível: digamos que os indivíduos A e B estão discutindo determinado tópico. O indivíduo A sustenta as crenças de P e Q. O indivíduo B objeta que P e Q são inconsistentes entre si, e, portanto, existe algo de errado com a posição sustentada por A: ela não é racional ou justificada. Agora suponha que A diga: “eu reconheço que P e Q são inconsistentes, mas mantenho ambas, porque este é afinal um caso de racionalidade de inconsistências”. Não diríamos, ao menos inicialmente, que a resposta de A foi absurda, que ele *tem* de revisar alguma de suas crenças, uma vez ciente da inconsistência?

Todavia, parece que se inconsistências podem ser racionais, algumas situações como essa *deveriam ser possíveis*. E se alguém quisesse responder que apenas alguns tipos de inconsistências são aceitáveis, mas não todos, seria preciso oferecer um critério para distinguir inconsistências aceitáveis de não aceitáveis. Assim, o Paradoxo do Prefácio conecta-se ao papel da inconsistência na revisão doxástica.

4.3 INCONSISTÊNCIA E COERÊNCIA

Em uma definição mínima da teoria coerentista, a justificação é fundamentalmente uma função da coerência. Assim, a coerência é entendida como a característica básica ou fundamental da justificação¹⁴. O coerentismo visa a contrapor-se ao fundacionismo, o qual afirma que nem toda crença é justificada em função de sua relação com outras crenças. Segundo o fundacionismo, existem algumas crenças, denominadas básicas, que não são justificadas em função de outras crenças, nem podem ser explicadas unicamente em função da coerência, mas servem elas mesmas de apoio ou justificação para todas outras crenças. Essas crenças básicas seriam ou autoevidentes, ou baseadas em estados não doxásticos, como, por exemplo, experiências sensórias.

O coerentismo é uma posição mais recente na história da filosofia e tem como

¹⁴ Existem também teorias coerentistas e fundacionistas do conhecimento. Porém, como esta dissertação trata fundamentalmente de racionalidade, e não de conhecimento, limitei-me às teorias da justificação.

representantes importantes na epistemologia contemporânea Laurence Bonjour, pelo menos em sua fase inicial, e Keith Lehrer. O argumento clássico em favor do coerentismo parte da afirmação de que apenas uma crença pode servir de justificativa para outra crença. Porém, como o conjunto de crenças, e, portanto, de crenças justificadas, é finito, cada uma das crenças de um conjunto justificado de crença S é justificado pelas relações com outros membros do mesmo conjunto.

Que tipo de propriedade as crenças devem ter entre si para que elas sejam justificadas? Segundo o coerentista, o tipo de propriedade que as crenças de um conjunto devem ter entre si é justamente a coerência interna. De acordo com essa perspectiva, uma crença é justificada para um sujeito S se for coerente com as suas demais crenças. “Coerência” é um conceito bastante escorregadio, e não é de fácil definição. Por exemplo, Bonjour, um importante teórico coerentista, apresenta a seguinte lista de importantes características da noção de coerência:

[...] os principais pontos são: primeiro, coerência não deve ser identificada com a mera consistência; coerência, como já foi sugerido, diz respeito à mútua inferibilidade de crenças em um sistema; terceiro, relações de explicação são um ingrediente central na coerência¹⁵.

Uma proposta bastante plausível, sugerida por alguns dos principais autores coerentistas, notadamente Keith Lehrer (2000) e Laurence Bonjour (1985), afirma que a coerência é uma propriedade de um conjunto de crenças que de alguma forma apoiam-se e explicam-se umas às outras. Assim, um conjunto de crenças perde coerência se alguma delas é contraevidência da outra, ou as crenças reunidas são simplesmente reunidas sem qualquer tipo de ligação entre si. Inversamente, um conjunto de crenças ganha coerência se, de alguma forma, a verdade de alguma delas explicar a verdade de outras, e quanto maior o poder explicativo do conjunto, maior a sua coerência interna.

Surpreendentemente, existe uma conexão importante entre o Paradoxo do Prefácio e o coerentismo. Embora a consistência não seja uma condição suficiente da coerência, ela é um dos seus requisitos e ingredientes. Afinal, se um conjunto de proposições é inconsistente, os seus elementos não se apoiam nem se explicam mutuamente: muito pelo contrário, estão em conflito e tensão. Todavia, o Paradoxo do Prefácio visa a mostrar que a consistência não é uma condição necessária da racionalidade ou justificação. Por conseguinte, se a consistência

¹⁵ “[...] the main points are: first, coherence is not to be equated with mere consistency; coherence, as already suggested, has to do with mutual inferability of the beliefs in the system; third, relations of explanation are one central ingredient in coherence.” (BONJOUR, p. 95, 1985) [tradução livre minha]

não for uma condição necessária da justificação, também não o será a coerência. Assim, o Paradoxo do Prefácio pode ser apresentado como uma objeção à teoria coerentista da justificação.

Esse fato não passou despercebido de alguns filósofos que trataram do Paradoxo do Prefácio, como, por exemplo, Foley (1979), Klein (1985) e Kvanvig (2011). Assim, a legitimidade da teoria coerentista está de alguma forma conectada ao problema posto pelo Paradoxo do Prefácio. Dois autores, Foley (1979) e Klein (1985), inclusive argumentam que o coerentismo é refutado pelo Paradoxo do Prefácio. Assim, parece que o coerentista, se quer defender sua teoria satisfatoriamente, deve dar uma resposta ao Paradoxo do Prefácio.

5 ALGUMAS SOLUÇÕES

As conclusões a que chegamos em nossa versão do Paradoxo do Prefácio são desconcertantes, e o problema não pode ser simplesmente ignorado, em função da gravidade das suposições que coloca em cheque e dos importantes tópicos epistemológicos que estão conectados a ele. Considerando-se isto, alguma coisa deve estar errada no raciocínio em algum dos pressupostos ou mesmo em algum dos princípios que assumimos. Mas onde está, afinal, o erro? Como evitar as conclusões absurdas de C1, C2 e C3? A seguir, apresento criticamente algumas das tentativas de resposta a essas perguntas.

5.1 A SOLUÇÃO DE HOFFMAN

A primeira resposta ao Paradoxo do Prefácio, três anos depois da sua introdução por Makinson, veio de Hoffman (1968). Segundo ele, o paradoxo é apenas aparente, porque a asserção, ou a crença, não implicam a verdade daquilo que é asserido ou crido. Hoffman diz:

É bem verdade que, se ele [o autor] fosse escrever no livro que ele sabe que p e no prefácio que ele sabe que não-p, ele estaria contradizendo a si mesmo. Pois se saber que um enunciado é verdadeiro acarreta que ele é verdadeiro, então saber que p e saber que não-p acarreta p e não-p. Entretanto, nem asserir que um enunciado é verdadeiro, nem acreditar que um enunciado é verdadeiro, acarreta que ele é verdadeiro. Consequentemente, quando o escritor asserir que p e acredita não-p na situação descrita, não há nada paradoxal no que ele faz¹⁶.

Assim, o autor que escreve que existe um erro no seu próprio livro não contradiz a si mesmo ou possui crenças inconsistentes, pois o ato de asserir, ou o estado de crença, não implicam a verdade daquilo que é asserido ou crido. Consequentemente, a proposição do prefácio não é inconsistente com P_1, P_2, \dots, P_n .

Contudo, como salientou Lacey (1970), uma crença P é inconsistente com uma crença

¹⁶“To be sure, if he were to write in the book that he knows that p and in the preface that he knows that not-p, he would contradict himself. For knowing that a statement is true entails that it is true, so knowing both that p and that not-P would entail p and not-p. But neither asserting that a statement is true nor believing that a statement is true entails that it is true. Consequently, when the writer asserts and believes that p and not-p in the situation described, there is nothing paradoxical about what he does.” (HOFFMAN, 1968, p.122) [tradução livre minha]

Q porque P e Q não podem ser verdadeiras simultaneamente, não porque o estado mental de crer em P implica que Q é falso, ou porque a asserção de P implica a falsidade de Q. Consequentemente, devemos procurar outro tipo de solução para o Paradoxo do Prefácio.

5.2 AS SOLUÇÕES ADVERBIAIS

Uma resposta comum ao Paradoxo do Prefácio consiste em alegar que o autor do livro está autorizado apenas a crer que provável ou possivelmente existem erros no livro. Denomino esse tipo de proposta de “solução adverbial”. Essa é a resposta mais natural ao problema, e foi sugerida por diversos autores. A seguir, vemos como alguns deles a defenderam.

5.2.1 A SOLUÇÃO DE LACEY

A primeira sugestão de uma solução adverbial foi proposta por Lacey (1970). Segundo ele, a proposição do prefácio é *expressa* por meio de uma sentença elíptica, na qual, para evitar pedantismo, o advérbio “provavelmente” é omitido. Lacey escreve:

Suponha que ele [o livro] contenha apenas dois enunciados, S_1 e S_2 , e que o escritor acredite que cada um deles possui a probabilidade de $2/3$ de ser verdadeiro. Então, pelo cálculo de probabilidades, ele deveria assumir que a conjunção deles tem a probabilidade de $4/9$, por exemplo, menos que a metade. Agora, nós costumeiramente asserimos um enunciado quando não estamos certos dele. Estritamente falando, devemos inserir algo como “provavelmente” nestes casos, mas esta omissão é frequentemente perdoada para evitar pedantismo. Contudo, como asserir que P é o mesmo “P ao invés de não-P”, se pensamos que a probabilidade de P é não mais que a metade, então, com certeza, não é pedantismo insistir que não devemos asseri-lo¹⁷.

¹⁷ “Suppose it contains just two statements, S_1 and S_2 , and that the writer believes that each of these has a probability of $2/3$. Then by the calculus of chances he should assume that the conjunction of them has a probability of $4/9$, i.e. less than a half. Now we often assert a statement when we do not feel entirely sure of it. Strictly speaking we ought to insert some such mild disclaimer as 'probably' in these cases, but its omission is usually forgiven in the interests of avoiding pedantry. But to assert p is to assert 'p rather than not-p', so that if we think that the probability of p is no more than a half it is hardly pedantry to insist that we do not assert it.” (LACEY, 1970, p. 614) [tradução livre minha]

Quando reinterpretado o paradoxo da forma sugerida por Lacey, a inconsistência desaparece, visto que “Se nós inserimos ‘provavelmente’, então ele [o autor] está consistentemente dizendo ‘provavelmente S_1 e provavelmente S_2 , mas provavelmente ‘não S_1 e S_2 ’”¹⁸.

De acordo com a sugestão de Lacey, o conjunto final de crenças justificadas para o autor teria a forma “provavelmente P_1 , provavelmente P_2 ... provavelmente P_n , provavelmente $\sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$ ”. Ora, esse último conjunto é consistente. Consequentemente, o Paradoxo do Prefácio não demonstra que pode haver crenças racionais e inconsistentes.

Um dos grandes problemas dessa solução, e que parece comum a outras soluções, é o uso ambíguo, geralmente confuso, do termo “probabilidade” e do predicado “é provável que”. Existem, pelo menos, dois usos tipos fundamentais de probabilidade.

Considere as quatro proposições probabilísticas a seguir:

- (A) “a probabilidade de um lançamento de uma moeda não viciada resultar em coroa é $\frac{1}{2}$ ”;
- (B) “é mais provável que um fumante desenvolva câncer de pulmão que um não fumante”;
- (C) “é provável que a teoria da relatividade seja verdadeira”;
- (D) “é provável que o universo tenha um início no tempo”.

As duas primeiras dizem respeito a características objetivas do mundo. A probabilidade de resultar coroa é uma propriedade da moeda (ou do lançamento da moeda) e não parece depender de qualquer uma das minhas crenças sobre o assunto. Mais especificamente, a probabilidade da moeda resultar em coroa seria a mesma, ainda que não houvesse qualquer evidência para qualquer pessoa a esse respeito. Da mesma forma, a proposição (B) parece apenas expressar uma característica objetiva do mundo externo, que não depende das nossas crenças e evidências. Esse tipo de probabilidade é frequentemente denominado de “probabilidade estatística” ou “física”. Existem diferentes caracterizações do conceito de probabilidade estatística, mas a definição padrão afirma que a probabilidade estatística é simplesmente a frequência de um evento relativa a uma classe de referência. Assim, a probabilidade do lançamento de uma moeda resultar em coroa seria simplesmente a

¹⁸ “[...] if we insert the 'probably' he is quite consistently saying, 'Probably S_1 and probably S_2 but probably not both S_1 and S_2 .'”(LACEY, 1970, p. 614) [tradução livre minha]

frequência do resultado “coroa” em uma classe de referência, no caso, a classe de todos os lançamentos da moeda.

As proposições (C) e (D) não podem ser entendidas da mesma forma. Particularmente, elas estão, explícita ou implicitamente, ancoradas em nossa evidência para cada uma delas. Ao dizer que é provável que a teoria da relatividade seja verdadeira, estamos sugerindo que existe certo tipo de apoio evidencial *favorável* à proposição de que a teoria da relatividade é verdadeira¹⁹. Aliás, é justamente esse sentido epistêmico de probabilidade que os filósofos têm em mente quando, com alguma frequência, distinguem entre o que é conhecido com certeza e o que é meramente provável.

Digamos que a probabilidade de um fumante X desenvolver câncer de pulmão seja de 40%. Disso, segue-se que é *improvável* que o fumante X tenha câncer de pulmão? Bem, depende do que você considera uma probabilidade alta ou boa, e que padrões você usa para avaliar algo como provável ou improvável. A proposição “é improvável que o fumante X desenvolva câncer de pulmão” tem um componente avaliativo implícito, relativo ao valor epistêmico da proposição e como ela se relaciona com a evidência, que está claramente ausente na primeira proposição.

A probabilidade epistêmica é normalmente caracterizada como a medida do apoio evidencial, ou plausibilidade, de uma determinada proposição em função da evidência. Assim, por exemplo, quando alguém diz que “é muito provável que Deus exista” ou “é provável que a teoria da relatividade seja verdadeira”, está empregando o sentido epistêmico de probabilidade. Assim, constatamos que de fato existem bons motivos para se distinguir entre dois gêneros de probabilidade: estatística e epistêmica²⁰. Quanto ao que me concerne, emprego preferencialmente o sentido epistêmico de probabilidade na formulação e discussão do Paradoxo do Prefácio, ainda que muitos autores que tratam do problema não façam qualquer distinção entre os dois tipos de probabilidade.

Feitas essas ressalvas, podemos agora avaliar a solução. A proposta de Lacey possui alguns problemas, alguns deles apontados por Olin (2003). Em primeiro lugar, a solução de

¹⁹ Poder-se-ia alegar que a probabilidade epistêmica é simplesmente a probabilidade estatística condicional na evidência. Embora aqui não seja o lugar adequado para debater esse ponto, apenas faço questão de assinalar a implausibilidade e dificuldade de aplicar essa análise para proposições como “é provável que Deus exista”, “é provável que o universo tenha início no tempo”, “considerando tudo o que sabemos, é provável que a teoria da relatividade seja verdadeira”.

²⁰ Segundo Mellor (2005), existe ainda um terceiro tipo de probabilidade, denominada “probabilidade subjetiva”, que se refere ao grau de crença. Todavia, como a qualificação do grau de crença como um tipo de “probabilidade” é bastante controversa, podemos deixar de lado essa classificação.

Lacey implica um absurdo, qual seja, que uma imensa parcela de nossas crenças, todas as quais não estamos absolutamente certos, *são crenças sobre relações de probabilidade*. Ora, isto implicaria em uma modificação extremamente implausível do conteúdo de muitas de nossas crenças (grande parte delas), uma vez que a crença sem certeza absoluta (i.e., máxima) de que “P” e a crença de que “provavelmente P” têm condições de verdade distintas. Por exemplo, a minha crença de que amanhã provavelmente vai chover tem condições de verdade diferentes da crença de que amanhã vai chover. Pode ser verdade que vá chover sem que isto tenha sido, em qualquer momento, um evento provável, e de maneira inversa, certas proposições podem ser prováveis sem que elas sejam de fato verdadeiras. Conforme salientou Olin (2003), “P” e “provavelmente P” não podem ser equivalentes; caso contrário, a inconsistência não seria eliminada.

Além do mais, parece simplesmente gratuita a alegação de que cada uma das P_1, P_2, \dots, P_n seja respectivamente “provavelmente P_1 , provavelmente P_2, \dots provavelmente P_n ”. Afinal de contas, o livro em questão poderia conter apenas afirmações categóricas, sem a qualificação probabilística adicional. Contudo, é inicialmente plausível a sugestão de que a proposição do prefácio tem a forma proposta por Lacey, e que o autor tem razão para acreditar que *provavelmente* há algum erro no livro, mas não tem razão para acreditar, sem a qualificação probabilística adicional, que existem erros no livro.

O problema é que de acordo com FR, se S está justificado em crer em cada uma das P_1, P_2, \dots, P_n , então S está justificado em crer que $(P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$. Contudo, se S acredita que é provável que $\sim (P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$, e tem razão para crer em $(P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$, então S tem razão para crer que:

$$(P_1 \& P_2, \dots \& P_n) \& \text{Provavelmente } \sim (P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$$

O problema é que “provavelmente $\sim P$ ”, sob essas circunstâncias, implica (ou, pelo menos, sugere) que a evidência favorece $\sim P$ em detrimento de P , que $\sim P$ é mais bem apoiado pela evidência que P ²¹. E se a evidência favorece $\sim P$, por que afinal continuar acreditando em P ? O mais recomendado é a suspensão de juízo. Assim, crenças da forma “ $P \& \text{Provavelmente } \sim P$ ” não são justificadas ou racionais²². Por exemplo, seria irracional crer que

²¹ Para uma análise clara e lúcida dos diferentes conceitos de probabilidade, tópico que foge ao escopo desta dissertação, conferir Mellor (2005).

²² A afirmação de que “ $P \& \text{provavelmente } \sim P$ ” é irracional não perderia completamente sua força se

vai chover amanhã e provavelmente não vai chover amanhã.

Alguém poderia objetar que podemos ter justificção para crer em algo que sabemos improvável. Por exemplo, se eu viesse a testemunhar um evento tido como improvável de correr, teria justificção para crer que aquele evento ocorreu, ainda que a ocorrência do evento seja improvável. Entretanto, existe um problema nessa objeção. Algumas probabilidades são ditas “condicionais”, isto é, avalia-se a probabilidade de uma proposição ou evento, *sob a condição* de que alguma outra proposição seja verdadeira. Ora, um evento pode ser provável sob uma condição X, mas o mesmo evento pode não ser provável se for condicionado em Y. Assim, é exatamente isso que parece estar acontecendo nesse caso. À luz da evidência total disponível, que inclui *a percepção do evento*, a sua ocorrência já *não* é improvável.

Em função de todas essas considerações, “P & provavelmente \sim P” é, no mínimo, problemática e questionável. Assim, a solução de Lacey não pode ser considerada satisfatória.

5.2.2 A SOLUÇÃO DE NEW

A proposta de New (1978) é muito semelhante à de Lacey e consiste também em uma reinterpretação probabilística das proposições do livro. Segundo New, a crença na proposição do prefácio deve reduzir na mesma proporção a confiança em cada uma das P_1, P_2, \dots, P_n . Segundo New, isso é suficiente para afirmar que a crença em cada uma das proposições é uma crença “fraca”, visto que:

Se alguém acredita em S_1 , então acredita com algum grau de convicção – forte ou fraco. E se ele acredita fortemente que S_1 , então ele acredita que muito provavelmente S_1 – a força de sua crença é proporcional a, uma expressão de, sua avaliação da probabilidade de que S_1 .²³

Assim, se cada uma das crenças individuais do livro é enfraquecida pela contraevidência de que alguma delas é falsa, então “ P_1, P_2, \dots, P_n ” devem ser reinterpretadas

empregássemos o sentido estatístico de probabilidade, pois seria plausível argumentar que, na ausência de outras informações e evidências relevantes, a maior frequência relativa de \sim P faz com que a “balança da evidência” penda para \sim P, ao invés de P.

²³ “For if someone believes S_1 , he believes it with some degree of conviction-strongly or weakly. And if he believes strongly that S_1 , then he believes that very probably S_1 -the strength of his beliefs Proportionate to, and an expression of, his assessment of the probability of S_1 .” (NEW, 1978, p. 342) [tradução livre minha]

como respectivamente:

Provavelmente P_1 , provavelmente P_2 ... provavelmente P_n .

Como o conjunto acima é consistente com $\sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$, parece que o paradoxo foi solucionado.

Entretanto, existem alguns problemas na solução de New, conforme já apontou Williams (1987). Suponha, para fins de argumentação, que New esteja correto quanto à necessidade de diminuir a confiança em cada uma das proposições contidas no livro. De que forma isto solucionaria o Paradoxo do Prefácio? Do fato de que a força de minha crença em P deve ser de alguma forma diminuída não segue que devo crer apenas que provavelmente P, em vez de crer simplesmente que P. Afinal, seria preciso acrescentar que o enfraquecimento das crenças é suficiente para obrigar a passagem do categórico “é verdade que P” ao probabilístico “é provável que P”. Contudo, New não demonstra isto, nem parece ter dado quaisquer argumentos com esta finalidade.

Todavia, existe outro problema ainda mais grave. Conforme vimos anteriormente, “P” e “provavelmente P” devem ser distintas, e o autor do livro deve crer *apenas* que “provavelmente P”; caso contrário, a solução adverbial não conseguiria escapar da aceitação de inconsistências racionais. Consequentemente, ao alegar que o autor do livro deve crer que “provavelmente P_1 , provavelmente P_2 ... provavelmente P_n ”, New deveria também admitir que o autor *não* crê que “ $P_1, P_2 \dots P_n$ ”.

Contudo, se existem apenas três alternativas doxásticas (crença, descrença e suspensão de juízo), e o autor *não* crê que “ $P_1, P_2 \dots P_n$ ”, então o autor deve suspender o juízo ou negar que “ $P_1, P_2 \dots P_n$ ”. Porém, seria uma atitude cética rejeitar todo o livro de uma vez apenas porque temos razão para crer que alguma proposição do livro é falsa. Uma resposta cética ao Paradoxo do Prefácio, embora seja possível, é, *pelo menos*, tão chocante quanto à aceitação da racionalidade de crenças inconsistentes, e devemos considerar alternativas menos problemáticas antes de optar por esse caminho.

Sem dúvida, alguém poderia responder que o autor não necessita rejeitar o livro como um todo: ele poderia rejeitar alguma proposição em particular. Todavia, não há qualquer razão para preferir qualquer uma das $P_1, P_2 \dots P_n$ em função de outra. É dessa forma que o exemplo foi caracterizado e não parece haver qualquer razão para acreditar que isso não é possível. Assim, ao que tudo indica, a escolha deve ser arbitrária. Contudo, o que cremos ou

deixamos de crer não pode ser simplesmente resultado de uma escolha arbitrária. Somos obrigados a escolher entre a rejeição do livro inteiro (i.e., uma resposta cética) e a escolha arbitrária – nenhuma das alternativas parece satisfatória. Dadas essas considerações, concluímos que New também não oferece uma solução adequada.

5.2.3 A SOLUÇÃO DE EVNINE

Evnine (1999) também ofereceu uma solução interessante ao Paradoxo do Prefácio. A sua proposta pode ser condensada em dois argumentos, os quais denomino argumento “I” e “II”.

Argumento I

A proposição do prefácio não é inconsistente com “ P_1, P_2, \dots, P_n ”, visto que ela não é equivalente à negação da conjunção de todas as proposições contidas no livro, i.e, não é equivalente a $\sim (P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$, quando “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as proposições do livro. As duas proposições têm conteúdos e formas distintas. Um sujeito S poderia acreditar que existe algum erro no livro sem acreditar que $\sim (P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$, mesmo que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” sejam todas as proposições do livro, pois S poderia não saber ou não acreditar que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as proposições do livro. Além do mais, “existe alguma proposição falsa no livro” não implica que $\sim (P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$, pois é apenas a combinação de “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as proposições do livro” com “existe alguma proposição falsa no livro” que implica $\sim (P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$. Por conseguinte, o Paradoxo do Prefácio, pelo menos em sua versão original, não demonstra que pode haver crenças inconsistentes e racionais.

Argumento II

A proposição do prefácio não é justificada, visto que a falibilidade humana autoriza apenas a crença de que *pode* haver crenças falsas. Conforme afirma Evnine,

A crença de que algumas de nossas crenças podem ser falsas explica melhor a razão da modéstia epistêmica do que a crença de que alguma de nossas crenças é falsa. Modéstia é apropriada porque nossos meios de formação de crenças possuem uma disposição para falhar [*are prone to failure*]. Porém, a não confiabilidade, embora

um defeito em si mesmo, não é garantia de uma falha efetiva²⁴.

Ora, se inserirmos o “possivelmente” na proposição do prefácio, a inconsistência desaparece. Assim, de acordo com Evnine, o Paradoxo do Prefácio não demonstra que pode haver crenças inconsistentes e racionais.

Inicialmente, o argumento I parece correto, pois a proposição do prefácio não tem a forma $\sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$. O fato apontado por Evnine foi ignorado por vários autores que trataram do paradoxo do prefácio. Muitos deles afirmaram explicitamente, ou pelo menos supuseram tacitamente, que a proposição do prefácio tem a forma $\sim (P_1 \& P_2 \dots P_n)$, onde $P_1, P_2, \dots P_n$ são todas as proposições do livro.

Vejamos alguns exemplos. No artigo em que foi formulado pela primeira vez o paradoxo, Makinson (1965) escreve:

Entretanto, dizer que nem tudo que eu assiro neste livro é verdadeiro é dizer que, ao menos um enunciado [*statement*] neste livro é falso. Isto é o mesmo que dizer que ao menos um dos $S_1 \dots S_n$ é falso, onde $S_1 \dots S_n$ são as proposições do livro; isto é o mesmo que dizer que $(S_1 \dots \& S_n)$ é falso; isto é o mesmo que dizer que $\sim (S_1 \dots \& S_n)$ é verdadeiro. O autor que escreve e acredita em cada um dos $S_1 \dots S_n$, e ainda em um prefácio asseire e acredita que $\sim (S_1 \dots \& S_n)$, parece estar procedendo muito racionalmente²⁵.

Williams (1987) apresenta o paradoxo assim:

Entretanto, ele também tem a evidência e_l para a crença geral que nem todos os $S_1 \dots, S_n$ são verdadeiros. No prefácio, ele expressa esta crença de que $\sim (S_1 \& S_2 \dots S_n)$, ao mesmo tempo em que acredita em cada proposição do livro²⁶.

Contudo, ainda que a crítica de Evnine tenha alguns méritos, ela não parece solucionar o paradoxo de maneira plena. Se o autor do livro possui justificção para crer em cada uma das $P_1, P_2, \dots P_n$, e justificção para crer que alguma das proposições contidas no livro é falsa,

²⁴ “The belief that some of our beliefs might be false seems to get to the heart of the reason for epistemic modesty better than the belief that some of our beliefs are false. Modesty is appropriate because our means of acquiring beliefs are unreliable and prone to failure. Unreliability, while a defect in its own right, is no guarantee of actual failure.” (EVNINE, 1999, p. 204) [tradução livre minha]

²⁵ “However, to say that not everything I assert in this book is true, is to say that at least one statement in this book is false. That is to say that at least one of $S_1 \dots S_n$, is false, where $S_1 \dots S_n$, are the statements in the book; that $(S_1 \dots \& S_n)$ is false; that $\sim (S_1 \dots \& S_n)$ is true. The author who writes and-believes each of $S_1 \dots S_n$, and yet in a preface believe and asserts that $\sim (S_1 \dots \& S_n)$ is, it appears, behaving very rational” (MAKINSON, 1965, p. 205).

²⁶ “An author writes a book consisting of a number of statements $s_1, s_2, \dots s_n$, each of which he believes on the basis of its respective grounds $g_1, g_2, \dots g_n$. However, he also has evidence e_l for the general belief that not all of $s_1, s_2, \dots s_n$ are true. In the preface he expresses this belief that $\sim (s_1 \& s_2 \& \dots s_n)$ while still believing each statement in the book.” (WILLIAMS, 1988, p. 122) [tradução livre minha]

então ele possui justificaco para crer que ao menos alguma das P_1, P_2, \dots, P_n é falsa, i.e que $\sim (P_1 \& P_2 \dots P_n)$ ²⁷. A inferência seria autorizavel ou legítima, e o Paradoxo do Prefcio no perderia sua fora, ou importncia, se o autor apenas tivesse razo ou justificaco para crer em inconsistências²⁸. O problema diz respeito ao que algum tem razo para crer, ao que é apropriado para um sujeito crer em uma dada situao epistêmica.

Talvez se pudesse contra-argumentar que a apreenso de uma proposio to complexa e extensa como $(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$ estaria alm de todas as capacidades cognitivas humanas, e que a inferência de $\sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$ a partir da proposio do prefcio depende da crena intermediria de que P_1, P_2, \dots, P_n so todas as proposies do livro. Como é implausível supor que um ser humano poderia realizar uma inferência to longa e complexa, e apreender ou compreender cada um dos passos intermedirios deste raciocínio, o paradoxo coloca exigências e condies muito pouco realistas e, de certa forma, insustentveis.

Contudo, pode-se perguntar: seria realmente implausível que Silva, em nosso exemplo, pudesse ter justificaco para crer que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” so todas as proposies do livro? Para entender como isto poderia acontecer, basta apenas retomar o princípio FR que expusemos quando apresentamos o Paradoxo do Prefcio.

Digamos que Silva tenha justificaco para crer que “ P_1 ” é uma proposio do livro, que “ P_2 ” é uma proposio do livro, e assim por diante. Para cada uma das proposies do livro, Silva possui, a respeito dela, a crena de que ela faz parte do livro. Ora, aplicando o princípio FR, podemos inferir que Silva possui justificaco para crer que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” so todas as proposies do livro, mesmo que ele de fato no creia que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” sejam todas as proposies do livro e nunca venha a realizar a inferência.

Todavia, se a argumentaco anterior no for satisfatria, existe ainda outra resposta para essas objees: as crenas inconsistentes e justificadas poderiam ser obtidas por vias alternativas. Uma sugesto interessante de como isto poderia acontecer é dada por Christensen (2004):

Certamente um autor que estivesse prestando ateno poderia apreender [*entertain*] a conjuno das duas primeiras alegaes do livro e reconhecer a equivalência material desta conjuno com a proposio (1) as duas primeiras alegaes deste livro so verdadeiras e poderia, pelo princípio do fechamento, vir a acreditar em (1). Ele tambm poderia ento facilmente apreender a conjuno de (1) com a terceira

²⁷ Acrescentei “ P_1, P_2, \dots, P_n so todas as proposies do livro” em minha verso do paradoxo antecipando esta objeo, e com vistas a tornar vlida a inferência do autor do livro.

²⁸ J foi apontado por Almeida (2011) que poderíamos apenas empregar o conceito de justificaco proposicional na formulao do paradoxo do prefcio, sem qualquer tipo de prejuízo ou problema.

alegação do livro. Nosso limitado princípio de fechamento autorizaria a crença nesta conjunção. O reconhecimento da equivalência desta última alegação com (2) as três primeiras alegações do meu livro são verdadeiras conduziria, por um raciocínio similar, à crença em (2), e assim por diante, até que fosse alcançada a crença de que todas as proposições do livro são verdadeiras²⁹.

Ora, se é possível a situação sugerida por Christensen, então se pode facilmente conceber uma versão do Paradoxo do Prefácio na qual o autor possui de fato crenças justificadas e contraditórias, o que seria ainda mais desconcertante que a inconsistência pura e simples.

O segundo argumento de Evnine também não resolve o problema. Em vez disso, apenas o confirma e aprofunda. Se nossas faculdades cognitivas não são confiáveis, e possuímos uma disposição para errar, então há mais razão ainda para crer na proposição do prefácio. Se sei que a minha visão não é confiável, então tenho uma razão muito forte para julgar que *alguma* das crenças formada com base na visão deve ser falsa, e a mesma linha de raciocínio aplicar-se-ia para qualquer outra faculdade cognitiva.

Além do mais, Evnine afirma explicitamente que a crença na falibilidade humana é justificada pela não confiabilidade de nossas faculdades cognitivas. Isso é certamente contestável, e poucos aceitaram essa premissa, visto que ela conduziria diretamente ao ceticismo. Não seria vantajoso ter de aceitar o ceticismo para resolver o Paradoxo do Prefácio. O que é suficiente para mostrar que é inadequada a proposta de Evnine.

5.3 A SOLUÇÃO DE OLIN

Uma engenhosa solução para o Paradoxo do Prefácio foi produzida por Olin (2003). Segundo a filósofa, a proposição do prefácio não é uma proposição básica, ou seja, é o produto de uma inferência, mais especificamente, de um raciocínio indutivo. Nesse alegado raciocínio, infere-se que um conjunto de processos cognitivos produz algum erro no momento

²⁹ “Surely an ordinary author who was paying attention could entertain the conjunction of the first two claims in her book, and recognize the material equivalence of this conjunction and the claim

(1) The first two claims in my book are true.

She would then be led by closure to believe (1). She could then easily entertain the conjunction of (1) and the third claim in her book. Our limited closure principle would then dictate believing that conjunction. Recognizing the equivalence of this believed conjunction with the claim.

(2) The first three claims in my book are true would lead, by similar reasoning, to belief in (2), and so on, until the belief in her book’s inerrancy is reached.” (CHRISTENSEN, 2004, p.38-9) [tradução livre minha]

presente, em função da frequente produção de crenças falsas no passado pelos mesmos processos cognitivos. Assim, ocorre uma inferência da seguinte forma:

(1) Utilizando determinados métodos ou processos cognitivos, frequentemente produzi ou cometi erros no passado;

Logo,

(2) Devo ter alguma crença falsa no momento presente, uma vez que utilizo os mesmos processos cognitivos.

Segundo Olin, esse raciocínio é falacioso. Do fato de que um processo tenha produzido crenças não se deve inferir que existe uma conexão entre o método e produção de crenças falsas; devemos apenas concluir que o método não é uma boa fonte evidencial, que não existe uma conexão estável entre o método ou processo e a produção de crenças verdadeiras.

Para ilustrar esta ideia, Olin concebe um exemplo que, para fins didáticos, foi adaptado. Denomino essa versão de “o caso da escolha aleatória”.

Caso da escolha aleatória

Imagine que um conjunto de crenças quaisquer sobre o futuro foi formado por um método reconhecidamente ilegítimo, digamos por meio de um sorteio aleatório. Se o resultado de um sorteio aleatório não é um guia confiável para prever o futuro, então se pode inferir que, em um conjunto extenso de crenças sobre o futuro baseadas em uma escolha aleatória, ao menos *alguma* delas deverá ser falsa.

Vamos supor que R_1, R_2, \dots, R_n é um conjunto de crenças formadas com base em um sorteio aleatório. Além do mais, não existe nenhuma razão contrária, ou a favor, de qualquer uma das R_1, R_2, \dots, R_n , exceto o resultado do sorteio. Consequentemente, excetuando-se o resultado do sorteio, não pode haver razão alguma para preferir R_1, R_2, \dots, R_n ao conjunto das suas respectivas negações, ou seja, ao conjunto formado $\sim R_1, \sim R_2, \dots, \sim R_n$. Na terminologia de Olin, R_1, R_2, \dots, R_n é “epistemicamente indistinguível” de $\sim R_1, \sim R_2, \dots, \sim R_n$.

Ora, é razoável supor que em um conjunto extenso de crenças formadas por este

método, ao menos alguma delas deverá ser falsa (se alguém baseasse suas crenças neste método, cometeria erros com frequência). Devemos então inferir que é falsa alguma das R_1, R_2, \dots, R_n ?

Olin argumenta que não. Se temos razão para crer que alguma das R_1, R_2, \dots, R_n é falsa, e R_1, R_2, \dots, R_n é epistemicamente indistinguível $\sim R_1, \sim R_2, \dots, \sim R_n$, então devemos preferir o conjunto $\sim R_1, \sim R_2, \dots, \sim R_n$ ao conjunto formado por R_1, R_2, \dots, R_n . Afinal, existe razão para crer que existe alguma proposição falsa em R_1, R_2, \dots, R_n , e não há nenhuma razão para crer que existe alguma proposição falsa em $\sim R_1, \sim R_2, \dots, \sim R_n$.

Vamos tentar tornar isso mais didático por meio de um caso mais simples. Consideremos dois conjuntos de crenças epistemicamente indistinguíveis, os conjuntos A e B. Digamos que exista a evidência E de que alguma das proposições do conjunto A seja falsa, e não há evidência de que alguma das proposições do conjunto B seja falsa. Em função disso, devemos preferir o conjunto B ao conjunto A, visto que, avaliando e comparando a evidência para as crenças de ambos os conjuntos, o conjunto A é mais bem apoiado pela evidência total.

Contudo, Olin argumenta ao dizer que devemos aceitar um conjunto em detrimento de outro em função de um sorteio aleatório, estamos assumindo implicitamente que podemos formar crenças com base em um sorteio aleatório, o que é evidentemente absurdo. Portanto, no caso da escolha aleatória, o fato de que um processo ou método de formação tenha produzido crenças falsas não é razão para inferir que, em outro conjunto de crenças formadas por este método, ao menos alguma delas seja falsa. Posteriormente, ela alega que não parece haver diferença relevante entre o Paradoxo do Prefácio e o caso da escolha aleatória, e até que seja apontada a diferença, deve-se rejeitar o raciocínio do Paradoxo do Prefácio.

Após apresentar esse argumento, Olin introduz uma hipótese explicativa do por que o raciocínio é falacioso. A não confiabilidade de um método – o fato de que não seja conducente à verdade – não permite inferir que o método seja conducente à falsidade. A não confiabilidade de um processo de formação de crenças é apenas sinal de que ele não produz evidência adequada, de que não existe conducência à verdade.

Argumento II

O argumento que vimos não esgota a ideia de Olin sobre o Paradoxo do Prefácio. Um segundo argumento é apresentado pela filósofa. Para iniciar a exposição do seu argumento, é dado o seguinte exemplo:

É dado que 90 por cento dos texanos são ricos, enquanto 90 por cento dos filósofos são pobres. Jones é texano e filósofo. Aqui parece ter uma boa razão para que (i) Jones é rico e (ii) Jones é pobre³⁰.

Ora, ninguém diria que esse é um exemplo convincente de crenças inconsistentes e racionais. A razão, que logo salta aos olhos, é que (i) e (ii) não são sustentadas ou apoiadas pela evidência total do caso, pois (i) é anulada por (ii). Isso evidencia, segundo Olin, que em muitos casos nos quais aparentemente temos razão para crer em proposições inconsistentes, um conjunto de razões é anulado por outro.

Em função disso, ela sugere que qualquer argumento a favor da racionalidade de inconsistências deve satisfazer o que denomina de “princípio R”, e define da seguinte maneira:

(R) Um argumento para a racionalidade de inconsistências não é bem sucedido a menos que, para cada enunciado no conjunto inconsistente, *exista uma boa razão* para crer que ele é apoiado pela evidência total disponível³¹. [grifo meu]

Olin alega que R não é claramente satisfeito pelo Paradoxo do Prefácio. Nas suas palavras:

Pode acontecer que cada grupo de razões justificadoras cancele o apoio evidencial um do outro [...], como acontece no exemplo do filósofo texano. Se este é o caso, então devemos suspender o juízo acerca de cada um dos enunciados envolvidos em inconsistência. Alternativamente, pode ser que cada linha de justificações seja claramente anulada ou derrotada por outras porções da evidência. Se esse é o caso, então algumas das evidências podem ser mantidas. O que é claro é que não nos foi apresentado um caso definitivo para a racionalidade de inconsistências, pois não estamos lidando com uma situação na qual cada enunciado é claramente apoiado por uma razão mantida pela evidência total disponível³².

³⁰ “It is given that 90 per cent of Texans are affluent, while 90 per cent of philosophers are poor. Jones is both a Texan and a philosopher. Here there seems to be a good reason for each of (i) Jones is rich and (ii) Jones is poor.” (OLIN, 2004, p.66) [tradução livre minha]

³¹ “(R) An argument for the rationality of inconsistency is not successful unless, for each statement in the inconsistent set, there is good reason to believe it that stands up in the light of the total available evidence.” (OLIN, 2004, p.66) [grifo meu] [tradução livre minha]

³² “It may be that each strand of justifying reasons (the positive data of perception, memory and so on, and the record of past errors) cancels out the evidential worth of the other, as in the Texan philosopher example. If so, then we must suspend judgment in each of the statements involved in the inconsistency. Alternatively, it may be that one line of justification is clearly overridden or defeated by other portions of the evidence. If this is the case, then some beliefs may be retained. What is clear is that we have not yet been presented with a definitive case for the rationality of inconsistency, for we are not dealing with a case in which each statement is clearly backed by a good reason that stands up in the light of the total evidence. Attention to requirement (R) thus suffices to reveal the inadequacy of the fallibility argument in anything like its present form.” (OLIN, 2004, p.69) [tradução livre minha]

Consequentemente, o Paradoxo do Prefácio não prova que pode haver crenças racionais e inconsistentes.

O primeiro argumento de Olin não é convincente. Vamos retomar o Caso da Escolha Aleatória. Na explicação de Olin, se temos razão para crer que é falsa alguma das proposições de um conjunto qualquer $R_1, R_2... R_n$, e não há qualquer razão ou evidência adicional, então temos razão para preferir o conjunto $\sim R_1, \sim R_2... \sim R_n$ ao conjunto $R_1, R_2... R_n$. Contudo, isto não parece correto, pois Olin considera apenas *metade da evidência disponível*. Se em um sorteio aleatório não existe conexão entre o resultado do sorteio e a verdade ou falsidade, a frequência de proposições verdadeiras deve ser aproximadamente a mesma que a frequência de falsas. Portanto, assim como o sorteio aleatório deve ter produzido crenças falsas no passado, ele também deve ter produzido algumas crenças verdadeiras, e assim como temos razão para crer que ocorreram acertos, também temos razões para crer que erros foram cometidos.

Assim, quando temos um conjunto muito extenso de crenças, formado por um método indiferente à verdade ou à falsidade, é justificado crer que algumas destas crenças são falsas, e é justificado crer que outras são verdadeiras. Consequentemente, não há nenhuma razão para preferir o conjunto das crenças formadas pelo método em detrimento das suas respectivas negações, nem vice-versa. Resumidamente, a forma de raciocínio empregado no Paradoxo do Prefácio *não* justifica o uso de métodos evidentemente irracionais para formar determinados tipos de crenças. A analogia de Olin não é adequada.

Contudo, o segundo argumento também não é mais bem sucedido. Vamos analisar com mais cuidado o princípio R, conforme apresentado por Olin. É correta a afirmação de que se um sujeito S possui justificação para crer em duas proposições inconsistentes entre si – P e Q–, então P e Q devem ser apoiadas pela evidência total disponível a S, e nem P e nem Q devem ser derrotadas por quaisquer porções da evidência. Contudo, não é isso que afirma o princípio R, apesar da semelhança superficial. O princípio R afirma que se um sujeito S possui justificação para crer em duas proposições inconsistentes P e Q, ele deve possuir uma *boa razão para crer* que P e Q são apoiadas pela evidência total, e não são derrotadas por quaisquer porções da evidência. Isso é *forte demais*, pois em vez exigir que uma crença justificada não seja derrotada por outras partes da evidência, o que é perfeitamente cabível, *ela requer que exista uma justificação para crer que essa crença justificada é apoiada pela evidência total*. Ora, para ter justificação para crer em uma proposição P, eu normalmente não

preciso ter razão adicional para crer que é apoiada pela evidência total: é suficiente que P seja de fato apoiada pela evidência total.

Todavia, o que me parece mais problemático é que um defensor da possibilidade de crenças racionais poderia alegar que, se não somos capazes de determinar qual conjunto de evidências deve ser descartado, existem apenas duas maneiras de escapar da inconsistência: rejeitar alguma proposição do livro arbitrariamente escolhida ou rejeitar todas as proposições do livro. Como nenhuma das duas opções é adequada ou plausível, e a proposição do prefácio é razoável, deve-se considerar seriamente a possibilidade de que aceitação de proposições inconsistentes seja simplesmente a melhor alternativa, do ponto de vista da racionalidade e da evidência. Alegar que alguma das porções da evidência *poderia* anular a outra, sem indicar qualquer delas e o porquê não seria de qualquer serventia diante dessa objeção. É preciso alguma razão positiva em favor da prioridade de alguma evidência em favor de outra. Doris Olin não faz nenhuma das duas coisas, o que torna sua proposta, no mínimo, pouco esclarecedora e incapaz de solucionar o problema.

Dadas essas considerações, concluímos que ela não oferece uma solução satisfatória do paradoxo.

5.4 A SOLUÇÃO DE RYAN

Ryan (1999) apresenta três versões diferentes do Paradoxo do Prefácio e procura mostrar como, em cada uma delas, o autor do livro não possui um conjunto de crenças simultaneamente racionais e inconsistentes. Entretanto, para entender seus exemplos, é preciso compreender uma distinção fundamental.

Dois tipos de falibilidade

Ryan afirma que o Paradoxo do Prefácio é motivado ou originado pela preocupação com a falibilidade humana. Ela também assinala que existem dois sentidos ou tipos de falibilidade, assim como existem dois tipos fundamentais de falhas ou erros epistêmicos. Um agente epistêmico pode ter falhado porque formou uma crença falsa, ou pode ter falhado porque formou uma crença de forma irracional ou injustificada. Quando a falibilidade é

relativa ao primeiro tipo de erro, a denominamos de “falibilidade veritativa”, e quando diz respeito ao segundo, a denominamos de “falibilidade justificatória”.

Utilizando-se dessas distinções, a filósofa constrói três exemplos diferentes e investiga se, em cada um deles, o autor do livro possui crenças justificadas e inconsistentes.

Primeiro exemplo

O primeiro exemplo de Ryan diz respeito a um livro simples e curto, que trata de algum tópico elementar e fácil. Assim, Ryan apresenta o caso de Mitzi, uma autora de livros infantis, o qual é assim descrito por ela:

Tente imaginar condições sob os quais uma autora tem evidência para justificar cada sentença do seu livro. Um caso convincente é se Mitzi escreveu, digamos, livros infantis sobre adição. É bastante razoável pensar que ela vai ser bem sucedida em escrever apenas sentenças verdadeiras e justificadas. Afinal, a matéria é muito fácil e ela não é particularmente vulnerável a erros justificatórios³³.

Em um caso como esse, seria bastante plausível aceitar que Mitzi possui justificção para cada uma das crenças envolvidas no livro. Contudo, de acordo com Ryan, em função do caráter extremamente elementar e simples do livro e dos conhecimentos e competências da autora, não há qualquer razão para crer que Mitzi tem alguma crença falsa.

Consequentemente, neste primeiro exemplo apresentado por Ryan, não há uma situação na qual um mesmo sujeito possui crenças justificadas e inconsistentes.

Segundo exemplo

O segundo exemplo é uma variação do primeiro, com apenas uma pequena alteração. Vamos supor que a nossa autora de livros infantis mostrou sua obra para um grupo de *experts*, talvez para a revisão, e que eles informaram que existe uma crença falsa no livro, sem informar qual delas se trata³⁴.

Nessa nova situação, Mitzi estaria autorizada a formar um conjunto de crenças

³³ “Try to imagine conditions under which is fairly reasonable to think she will succeed at writing only sentences which are such that each one is justified for her. One rather convincing case is if Mitzi writes a fairly book on, say, addition for first gradates. After all, the subject matter is fairly easy and she is not particularly vulnerable to justificatory error.” (RYAN, 1991, p. 301) [tradução livre minha]

³⁴ É interessante notar a semelhança deste segundo exemplo com uma das variações do paradoxo do prefácio, que denominei de “o evento”.

racionais e inconsistentes? Ryan alega que não, pois a evidência coletiva das proposições individuais do livro, todas elas bem justificadas, é suficiente para anular a evidência, composta pela totalidade dos juízos dos *experts*, de que alguma crença do livro é falsa. De acordo com Ryan, Mitzi teria justificção para crer que existe alguma crença falsa no livro apenas se a crença falsa em questão tivesse sido apontada e especificada. Contudo, é óbvio que se tivéssemos suposto isso, não haveria mais paradoxo algum. Assim, tanto no primeiro exemplo, como no segundo, a contraevidência de que existe alguma crença falsa no livro é anulada pelas proposições individuais do livro, tomadas coletivamente.

Ryan também afirma que não se poderia tentar contornar essa solução alegando que Mitzi sabe que é falível e enganou-se no passado, e, portanto, possui razão para crer que alguma de suas crenças do livro é falsa. Para que fosse possível projetar os erros passados no presente, seria necessário que Mitzi tivesse cometido erros com frequência em situações semelhantes. Isso não seria plausível, nem coerente com o exemplo.

Devemos fazer algumas observações sobre os dois argumentos apresentados por Ryan. A prioridade das proposições individuais sobre contraevidência de que alguma delas é falsa pode ser explicada pela natureza dos exemplos produzidos. Tratam-se, conforme vimos, de livros curtos e de matéria fácil. Em função disso, a probabilidade de erro é muito baixa ou negligenciável. Todavia, não há por que supor que essas seriam as únicas maneiras de representar o paradoxo, como vemos no exemplo apresentado a seguir.

Terceiro exemplo

O terceiro diz respeito a uma autora, também denominada “Mitzi”, que escreveu um livro extenso e complexo no qual ambos os tipos de erros foram encontrados com frequência. A versão é apresentada por Ryan da seguinte forma:

Imagine que ela [Mitzi] escreveu um livro longo e complicado e diversas pessoas que ela conhece e respeita leram rascunhos do manuscrito para encontrar erros. Imagine também que, por uma combinação de sorte e trabalho árduo, ela de fato escreveu apenas sentenças justificadas no livro. Adicionalmente, suponha que no passado ela teve diversos erros apontados de ambos os tipos [i.e., tanto crenças falsas como injustificadas] após as publicações de seus livros, ou seja, ela fez alegações injustificadas em diversos livros anteriores e ela sabe disto. Assim, nestes casos, a única característica incomum é que ela está de fato justificada em cada sentença [...]. Neste caso, a extensão do manuscrito e seus erros passados constituem boas razões para ela acreditar que ela não está justificada em crer que todas as sentenças do livro

são verdadeiras³⁵.

De acordo com Ryan, não há neste exemplo um autor com crenças inconsistentes e racionais, pois:

Mitzi tem uma forte evidência para crer em cada uma das sentenças individuais do livro. Esta evidência justifica a conjunção. Mitzi tem uma forte evidência para crer na conjunção de todas as sentenças individuais. A negação da conjunção não é o que a evidência de Mitzi de fato apoia a conjunção³⁶.

Assim, de acordo com Ryan, Mitzi não possui justificção para crer na conjunção. Ora, se não há justificção para crer na negação da conjunção de todas as proposições do livro, então não há um conjunto de crenças racionais e inconsistentes, e parece que o Paradoxo do Prefácio foi solucionado.

Análise dos exemplos

O que devemos pensar sobre os exemplos anteriores e sobre a análise que Ryan faz deles? A análise dos dois primeiros exemplos parece bastante satisfatória. A curta extensão do livro, a matéria fácil e simples parece gerar uma forte justificção para cada crença individual do livro, o que é suficiente para cancelar a contraevidência de que existe alguma crença falsa.

Todavia, os primeiros exemplos *não* são representativos do Paradoxo do Prefácio. O problema não diz respeito a uma situação tal que a existência de uma crença falsa é uma possibilidade remota, uma ocorrência extremamente improvável. Assim, é apenas o terceiro exemplo que pode ser considerado fiel ao Paradoxo do Prefácio.

No terceiro exemplo, Mitzi está sujeita a ambos os tipos de falibilidade, tanto a veritativa como a justificatória. Como admite Ryan, em função da falibilidade justificatória, Mitzi tem razão para crer que ao menos alguma das proposições do livro é injustificada. Ela também possui evidências para crer em cada uma das sentenças individuais, e estas

³⁵ “Imagine that she writes a long, rather complicated book and has several people whom she knows and respects read drafts of her manuscript to catch any errors. Imagine also, that by a stroke of good luck and hard work, she happens to have actually stated all and only justified sentences in her most recent book. In addition, suppose that in the past she has had errors pointed out to her of both sorts after the publication of her book. That is, she has stated unjustified claims and false claims in other books and she knows it. So, in this case, the only unusual feature is that she is in fact justified in each sentence.” (RYAN, 1991, p. 306) [tradução livre minha]

³⁶ “Mitzi has lot of strong evidence to justify the conjunction. As luck has it in the story, mitzi is actually justified in believing each of the conjuncts. This evidence adds up to the conjunction. The denial of the conjunction is not what Mitzi's evidence actually supports.” (RYAN, 1991, p. 305) [tradução livre minha]

proposições, tomadas coletivamente, justificam a sua respectiva conjunção, a qual derrota a crença na negação da conjunção. Assim, é apenas porque Mitzi tem razão para crer na conjunção de todas as proposições do livro que Ryan afirma que ela não possui razão para crer na negação da conjunção de todas as proposições contidas no livro.

Como este é um argumento complexo e intrincado, é conveniente apresentar a argumentação de Ryan por meio de um esquema gráfico:

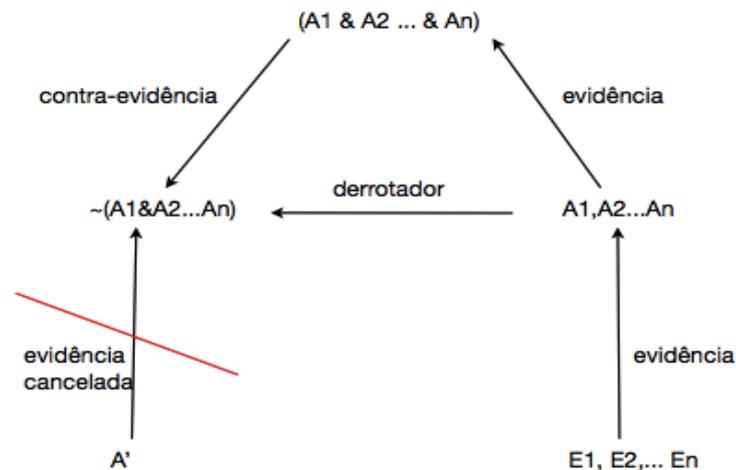


Figura 1 – A solução de Ryan

Contudo, existe um problema na solução de Ryan. Como Mitzi tem razão para crer que alguma das $P_1, P_1, \dots P_n$ é injustificada (em função da falibilidade justificatória), ela tem um anulador evidencial (*undercutting defeater*) de $(P_1 \& P_2 \& \dots \& P_n)$, ou seja, a crença na conjunção *não* é justificada para Mitzi. Portanto, a razão de Ryan para afirmar que Mitzi não possui justificabilidade para crer na negação da conjunção é insustentável.

Graficamente, isso pode ser representado da seguinte forma:

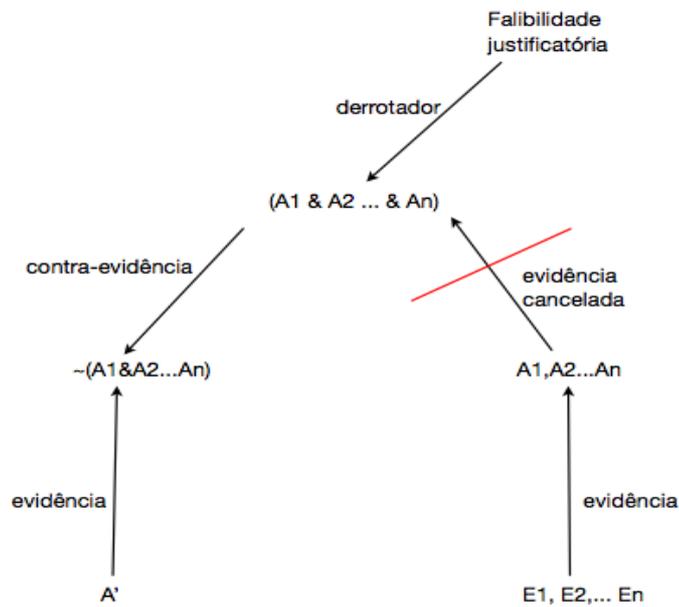


Figura 2 – Crítica a Ryan

A natureza da objeção pode ser ilustrada por um exemplo mais simples. Suponha que um sujeito S tem duas crenças justificadas, digamos A e B, e que S infere a partir de A e B a sua respectiva conjunção (A&B). Todavia, S possui uma evidência E de que ao menos uma das proposições A e B é injustificada. Mesmo que A e B sejam de fato justificadas, S não possui justificacão para crer em (A&B), pois existe um derrotador evidencial E de (A&B). De maneira geral, se P e Q são as únicas justificaces para uma proposio R para um sujeito S, e S possui justificacão para crer que alguma das proposies P e Q  injustificada, então S não possui justificacão para crer em R.

Assim, a soluço de Ryan depende da justificacão para crer na conjuno das proposies do livro, e isso não pode ser correto. Conseqüentemente, ao contrário do que ela afirma, Mitzi *possui* justificacão para ter crenças inconsistentes. A soluço não  plenamente satisfatória.

5.5 A SOLUÇO DE LEHRER

Também podemos encontrar tentativa de soluço do Paradoxo do Prefácio em Lehrer

(2004). Embora não trate nominalmente do Paradoxo do Prefácio, Lehrer investiga uma questão muito semelhante, virtualmente idêntica: se a falibilidade autoriza um sujeito racional a aceitar a proposições reconhecidamente inconsistentes. Contudo, antes de apresentarmos o artigo de Lehrer, devemos explicar os conceitos utilizados por ele.

Aceitação e objetivos epistêmicos

Lehrer emprega o conceito de aceitação, em vez do conceito de crença. Ele nota duas características básicas do conceito de aceitação: (i) a aceitação é evidentemente voluntária, embora se possa duvidar que a crença seja; (ii) aceitar uma proposição é confiar, ou basear-se nela, com vistas a algum fim ou propósito. A crença não parece estar intrinsecamente relacionada à ideia de finalidade ou propósito.

Uma vez que tratamos do conceito de aceitação, pode-se perguntar: que tipo de propósito deve-se levar em conta ao se perguntar pela racionalidade de inconsistências? Lehrer responde, seguindo Roderick Chisholm, que interessam apenas os “propósitos puramente intelectuais”. A ideia de propósitos intelectuais visa a excluir da análise de Lehrer as questões relativas aos interesses não epistêmicos, sobretudo prudenciais, pragmáticos ou morais.

O conceito de propósitos puramente intelectuais é composto por dois aspectos ou dimensões distintas: buscar a verdade e evitar a falsidade. É fácil perceber como poderíamos satisfazer completamente um dos objetivos à custa do outro. Um indivíduo que não aceitasse proposição alguma, satisfaria de forma integral o objetivo de evitar falsidade; todavia, se isso acontecesse, ele não aceitaria uma única proposição verdadeira. Inversamente, um sujeito que aceitasse toda e qualquer proposição satisfaria o ideal “aceitar apenas verdades”; contudo, não evitaria uma única falsidade.

Claramente, deve haver um balanço ou equilíbrio entre os dois objetivos, e ambos devem ser levados em conta. Assim, Lehrer alega que a pergunta pela racionalidade de inconsistências deve ser feita tendo-se em mente a satisfação equilibrada de ambos os ideais.

O conceito de agente racional ideal

Lehrer apresenta certa idealização na forma como pretende tratar o problema. Segundo ele,

Uma pessoa que busca a verdade e evita o erro pode falhar em identificar que os enunciados que ela aceita são inconsistentes, ou, percebendo a inconsistência, ela pode ser incapaz de descobrir como livrar-se dela. Embora possa ser razoável que tal pessoa aceite um conjunto de crenças inconsistente, isso pode ser explicado pela imperfeição de suas faculdades intelectuais – por exemplo, de memória ou raciocínio. A alegação de que é razoável para uma pessoa, que busca o acerto e evita o erro, aceitar um conjunto inconsistente de enunciados deve ser restrito aos indivíduos não sujeitos a tais imperfeições. A pessoa é um sujeito racional ideal, ao invés de real³⁷.

Assim, de acordo com Lehrer, a questão da aceitação de inconsistências deve ser colocada em função de um agente racional ideal.

A proposição da falibilidade

Lehrer pede para imaginarmos um sujeito racional ideal, motivado por propósitos puramente intelectuais que, ao considerar a variedade e extensão de proposições que aceita e o risco elevado de erro, passa a aceitar que ao menos alguma delas deve ser falsa. Vamos denominar essa proposição de “proposição da falibilidade”³⁸.

Digamos que as proposições que o sujeito *S* aceita sejam $P_1, P_2... P_n$. Se a proposição da falibilidade é verdadeira, então ao menos alguma das $P_1, P_2... P_n$ é falsa. Contudo, não é possível que cada uma delas seja verdadeira e ao menos alguma delas seja falsa. Assim, ao acrescentar a proposição da falibilidade, o agente estará aceitando um conjunto inconsistente de proposições. Segue-se então que é racional para essa pessoa, buscando apenas aceitar a verdade e evitar a falsidade, aceitar proposições inconsistentes entre si? A partir uma perspectiva de custo-benefício, o que um agente racional, motivado apenas por propósitos puramente intelectuais, deveria aceitar?

³⁷ “A person seeking truth and avoiding error may fail to discern that the statements she accepts are inconsistent, or, perceiving the inconsistency, he may be able unable to discover how to extricate himself from it. Tought it may be reasonable to such a person to accept a set of statements is inconsistent, this is explained by the perfection of his intellectual skills- those of memory or reasoning, for example. The claim that it is reasonable for a person seeking truth and avoiding error to accept an inconsistent set of statements must be restricted to those not subject to such imperfections. The person is an ideal rather than an actual person.” (LEHRER, 2004, p. 151). [tradução livre minha]

³⁸ A proposição da falibilidade é muito similar à proposição do prefácio e parece motivada pelas mesmas constatações. Não parece haver qualquer diferença *relevante* entre as duas.

I – O argumento da probabilidade

Conforme vimos, um conjunto de proposições é inconsistente se é impossível que todos os seus elementos sejam verdadeiros. Como as proposições são verdadeiras ou falsas, e existe uma proposição no conjunto que não é verdadeira em um conjunto inconsistente, então existe uma proposição falsa no conjunto inconsistente. Assim, ao aceitar um conjunto de proposições inconsistentes, um sujeito estará necessariamente aceitando ao menos uma proposição falsa.

Entretanto, o agente que busca a verdade não busca aceitar verdades a qualquer custo e de qualquer forma. Ele certamente poderia aceitar o máximo de proposições verdadeiras se aceitasse, para cada proposição P , também a sua negação, $\sim P$. Certamente não é isto que esperamos de um agente racional, que busca a verdade. Conforme já assinalei, o ideal de buscar o acerto deve ser combinado com o ideal de evitar o erro. Assim, ao perguntar pelo que um agente racional deve aceitar, devemos considerar os ideais de se ter o máximo de verdades, e o de se ter o mínimo de falsidades.

Lehrer pergunta se um sujeito que busca a verdade e apenas a verdade pode racionalmente aceitar a proposição da falibilidade. Uma primeira resposta diz que não, uma vez que, ao aceitar tal proposição, ele estaria necessariamente aceitando ao menos alguma proposição falsa, o que contraria os propósitos do agente de buscar a verdade e apenas a verdade. Este é um ideal importante, que parece guiar nossas vidas epistêmicas, e não devemos abdicar dele tão facilmente.

Certamente alguém poderia contestar essa solução aparentemente simplista. Ao avaliar o que é racional para um agente que busca a verdade, devemos considerar também outros fatores, por exemplo, a probabilidade de que uma proposição seja verdadeira e o risco de erro envolvido em aceitar a proposição. É correto que, ao aceitar a proposição da falibilidade, um agente estaria *ipso facto* abdicando do ideal de aceitar todas as proposições verdadeiras, e apenas proposições verdadeiras. Todavia, devemos considerar que é muito mais provável que proposição da falibilidade seja verdadeira do que falsa. Como ela é provavelmente verdadeira, então provavelmente alguma das outras proposições é falsa, ou seja, é muito pequena a chance para esse agente de que o ideal viesse a ser realizado. Assim, ao recusar a proposição da falibilidade, ele estaria trocando a aceitação de uma crença praticamente certa pela busca de um ideal distante e inatingível. Consequentemente, ao procurar a verdade e evitar o erro, um agente racional deve aceitar a proposição da

falibilidade.

II – O argumento da informatividade

Lehrer reconhece a força do argumento anterior. Entretanto, ele considera que o argumento não é, em última análise, convincente. Denomino a sua objeção de “argumento da informatividade”. Lehrer concorda que é muito mais provável que a proposição da falibilidade seja verdadeira do que falsa. Porém, isso não significa que um agente racional que busca a verdade deveria aceitar a proposição. Afinal, devemos também considerar o ganho informativo e cognitivo que esse agente obtería, assim como se o benefício de alguma forma compensaria a *certeza* de não realizar um ideal epistêmico tão relevante. Nas suas palavras,

Enunciados menos prováveis são frequentemente muito informativos. Se valorizamos não apenas o número de enunciados verdadeiros, mas quanto à informação que esses enunciados nos dão, então poderemos, ao procurar a verdade, preferir aceitar um risco maior de erro com o objetivo de aceitar enunciados mais informativos³⁹.

Lehrer indica, de maneira sucinta, três possíveis maneiras de auferir informatividade de um enunciado. Na primeira delas, a informatividade é relacionada às condições de verdade. Assim,

Um enunciado que tem menos condições de verdade – é satisfeito em menos modelos ou mundos possíveis – é mais informativo. Ele nos diz que esses modelos ou mundos possíveis não são o mundo real. Quanto mais um enunciado exclui dessa maneira, mais ele nos diz a respeito do mundo real⁴⁰.

A informatividade também poderia ser relacionada à probabilidade: quanto maior a probabilidade, menor a informatividade. Outra possibilidade seria caracterizar informatividade como probabilidade relativa à evidência: um enunciado seria menos informativo quanto mais provável em relação à evidência.

³⁹ “Less probable statements are frequently are very informative. If we value not simply the numbers of true statements, but how much information those statements give us, then we may, in seeking truth, prefer to take some slightly greater risk of error for the sake of accepting more informative statements.” (LEHRER, 2004, p.160) [tradução livre minha]

⁴⁰ “A contingent statement that has fewer truth conditions- is satisfied in fewer models or possible worlds – is more informative. It tells us that those models or possible worlds are not the actual world. The more a statement exclude in this way, the more it tell us about the actual world.” (LEHRER, 2004, p. 160-1) [tradução livre minha]

De qualquer forma, Lehrer não apresenta uma explicação detalhada da noção de informatividade. Ele contenta-se em assinalar que, para um agente racional que busca a verdade, pode ser razoável não aceitar uma proposição mais provável, porém menos informativa, em favor de outra menos provável, mas muito mais informativa e importante. A partir de uma análise de custo-benefício, Lehrer considera que um sujeito racional ideal *não* deveria aceitar a proposição da falibilidade.

No final do mesmo artigo, ele afirma que o argumento da informatividade depende de certa preferência ou escolha. Assim, ele diz que

Os argumentos precedentes para a racionalidade da consistência são baseados em uma preferência pela ideal da verificação máxima (*ideal of maxverificity*) e na preferência por manter uma pequena chance de evitar o erro, ao invés de abandoná-lo pela segurança de obter uma pequena informação sem relevância⁴¹.

O que Lehrer chama de “ideal de verificação máxima” (*ideal of maxverificity*) necessita de alguma explicação. Trata-se do ideal de aceitar todas as proposições verdadeiras possíveis, e de não aceitar nenhuma proposição falsa. De acordo com Lehrer, tal objetivo é fundamental, e serve de guia e orientação em nossos julgamentos.

Todavia, ele não pretende ter *refutado ou demonstrado* a opinião de que um agente que busca a verdade e evita o erro não deve aceitar a proposição da falibilidade. Se um determinado agente preferir abandonar o ideal de ter apenas crenças verdadeiras em favor de uma informação “dispensável” ou irrelevante, então o máximo que ele pode fazer é indicar que existe uma divergência quanto a preferências epistêmicas fundamentais. Nas suas palavras,

Se alguém acha o ideal de verificação máxima tão irrealista a ponto de ser negligenciável e pensa que mesmo o menor ganho em informação tem mais valor que uma minúscula chance de evitar o erro completamente, então nós não pretendemos tê-lo refutado. Aqui, chegamos às nossas preferências epistêmicas fundamentais⁴².

⁴¹ “The preceding arguments for the reasonableness of consistency are based on a taste for the ideal of maxiverificity and on a preference for retaining the small chance of avoiding error altogether instead of abandoning it for the security of bagging at least one small bit of information.” (LEHRER, 2004, p.164) [tradução livre minha]

⁴² “If someone finds the ideal of maxiverificity so unrealistic as to be worthy of being neglect, and even the smallest gain in information to be of greater value than clinging to an almost minuscule chance of avoiding error totally, we do not pretend to have refuted him. Here we reach the bedrock of fundamental epistemic preferences.” (LEHRER, 2004, p.164) [tradução livre minha]

III – Crítica ao argumento da informatividade

O que devemos pensar do argumento precedente? Conforme vimos, ele depende essencialmente de uma preferência subjetiva, como o próprio autor admite. Entretanto, não podemos simplesmente decidir questões desse tipo com base em preferências subjetivas, e nem parece adequado argumentar dessa forma. Isso, por si só, já seria suficiente para mostrar a fraqueza da posição de Lehrer.

Contudo, o problema mais sério encontra-se em outro lugar. É bastante contestável que a proposição da falibilidade, ou alguma outra similar, não seja informativa, nem relevante para um agente que busca a verdade e somente a verdade. Afinal, se um sujeito racional soubesse que tem ao menos alguma crença falsa, ele saberia que o ideal de verificação máxima não foi realizado. Essa é uma consequência relevante da proposição falibilidade, e que torna a própria proposição da falibilidade de alguma forma relevante e informativa. Mais ainda, se esse agente for um sujeito racional ideal que, de acordo com Lehrer, possui onisciência lógica, então ao aceitar a proposição da falibilidade, esse mesmo sujeito *deveria* aceitar: “eu não satisfaço o ideal de verificação máxima”.

Assim, parece que a proposição da falibilidade deve ser considerada relevante, nem que seja por suas *consequências*. De fato, *qualquer* proposição que implique que um agente cometeu algum erro é relevante e informativa para um agente racional ideal motivado por propósitos intelectuais, na medida em que essa proposição informa que o seu ideal não foi realizado.

Dessa forma, mesmo que aceitássemos, por hipótese, que a proposição da falibilidade não seja informativa “em si mesma”, deveríamos ao menos aceitar que ela possui consequências relevantes para um agente motivado apenas por propósitos intelectuais. Dessa forma, ela não parece não informativa ou irrelevante, como afirma Lehrer. Dadas essas considerações, Lehrer não parece oferecer uma solução ao Paradoxo do Prefácio.

6 O PARADOXO DO PREFÁCIO GENERALIZADO

Nos capítulos anteriores, vimos o Paradoxo do Prefácio e algumas propostas de solução. Contudo, o Paradoxo do Prefácio não é um caso único. Constata-se que outros paradoxos semelhantes podem ser facilmente produzidos, uma vez compreendida a estrutura do contraexemplo e a sua matriz geradora. A este respeito, a observação de Conee acerca fornece uma pista valiosa: “As crenças inconsistentes podem ser apoiadas por virtualmente qualquer tipo de evidência” (CONEE, p.654, 2009).

Em vista disso, apresento outros contraexemplos similares e posteriormente **exibo** a sua estrutura comum. Desta forma, espero mostrar que o Paradoxo do Prefácio exemplifica um problema mais geral subjacente.

6.1 O PARADOXO DA FALIBILIDADE

O paradoxo da falibilidade, apresentado por Olin, consiste em uma versão ampliada do Paradoxo do Prefácio e engloba o conjunto completo das crenças de um sujeito. O Paradoxo do Prefácio é uma situação na qual um autor, ao refletir sobre a sua própria falibilidade e seu histórico de erros passados, infere que ele próprio não pode estar certo em tudo o que escreveu. Todavia, o mesmo raciocínio que gerou o Paradoxo do Prefácio poderia ser aplicado à totalidade das crenças de um sujeito.

Assim, vamos supor que as crenças de um sujeito S sejam P_1, P_2, \dots, P_n . Cada uma das crenças de S é racional ou justificada. Porém, S sabe que cometeu erros no passado e que é falível. Não seria razoável pensar que ele está certo sobre tudo o que ele crê, e que nenhum erro, por mais insignificante que seja, passou despercebido por ele. Assim, ele tem razão para crer que alguma das suas crenças, que não essa mesma, deve ser falsa. Isso autoriza ou justifica a crença de que $\sim (P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$. Porém, o conjunto formado por $P_1, P_2, \dots, P_n, \sim (P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$ é inconsistente.

Ora, existem alguns problemas com o argumento anterior, como Olin prontamente notou. O paradoxo diz respeito a todas as crenças de um sujeito cognitivo. Isso implica que se o paradoxo pretende demonstrar que inconsistências podem ser racionais, todas as crenças do

sujeito cognitivo em questão devem ser racionais. Alguém poderia alegar, com boa razão, que esse paradoxo não se aplicaria a seres humanos, tais como os conhecemos, mas apenas a um sujeito racional ideal.

Olin parece concordar com essa objeção, mas alega que o paradoxo seria importante mesmo nessas circunstâncias. Se um sujeito racional ideal, porém falível, devesse aceitar proposições inconsistentes, então não haveria nenhuma incompatibilidade de princípio entre inconsistência e racionalidade. De qualquer forma, seria bastante surpreendente se a única razão que tornasse a inconsistência irracional fosse a nossa *imperfeição*.

Entretanto, podemos construir uma versão mais fraca do paradoxo da falibilidade. Digamos que o conjunto de crenças racionais de um sujeito, que não precisam ser todas as suas crenças, seja o conjunto formado por P_1, P_2, \dots, P_n . Digamos ainda que esse conjunto seja muito extenso, e que S saiba que frequentemente encontrou ao menos algum erro em suas crenças justificadas no passado. Assim como não é necessário que P_1, P_2, \dots, P_n sejam todas as crenças de um sujeito, também não é necessário que ele saiba que cada uma delas é racional. É suficiente que ele tenha razão para acreditar, em função da extensão do conjunto e da falibilidade humana, que alguma das P_1, P_2, \dots, P_n é falsa.

Feitas essas considerações, podemos apresentar uma versão enfraquecida, porém mais realista, do paradoxo da falibilidade. Em função da falibilidade humana e da extensão do conjunto, S tem razão para crer que alguma das P_1, P_2, \dots, P_n é falsa. Ao mesmo tempo, S possui razão para crer que alguma das proposições P_1, P_2, \dots, P_n é falsa, e tem razão para crer que $\sim (P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$. Consequentemente, S possui razão para crer que $P_1, P_2, \dots, P_n, \sim (P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$. Como o conjunto é inconsistente, S possui razão para crer em proposições inconsistentes.

6.2 O EVENTO

Suponha que você vai organizar um evento qualquer: uma festa, um casamento, um congresso, ou o que você quiser imaginar. Para organizar o evento, reunirá um determinado conjunto de pessoas simultaneamente em um mesmo lugar. Você envia um convite a cada um dos participantes, e cada um deles confirma sua participação no evento. Como cada um dos convidados é uma pessoa cuja palavra é bastante respeitável, com um histórico bastante

positivo de acertos, a confirmação de que ele irá participar no evento é evidência suficiente para crer que assim será. Afinal, formamos crenças racionais dessa forma o tempo todo, e muitas vezes a simples promessa de que uma pessoa irá fazer algo é razão suficiente para acreditar que a promessa irá cumprir-se.

Vamos supor que A_1, A_2, \dots, A_n é a lista de todos os convidados do evento. Como cada um deles confirmou que irá participar do evento, cada um dos elementos da seguinte lista de n proposições é racional para você:

C : A_1 vai participar do evento, A_2 vai participar do evento... A_n vai participar do evento.

Até o presente momento, não parece haver nada de problemático. Porém, considere o seguinte raciocínio. A partir da totalidade das proposições do conjunto, pode-se inferir que:

C' : A_1 vai participar do evento & A_2 vai participar do evento... & A_n vai participar do evento.

Contudo, se cada uma das proposições de C é racional, e FR é verdadeiro, então C' também é racional.

O problema torna-se mais contundente quando constatamos que o conjunto C pode ser tão extenso quanto quisermos, e quanto mais extenso for o conjunto, maior a probabilidade de que ao menos *alguma* das proposições individuais seja falsa. Afinal de contas, quanto mais gente estiver na lista, maior é a probabilidade de erro, e maior nossa confiança de que alguém irá faltar.

Para exemplificar isto, vamos supor que lista conste inicialmente de três pessoas: A_1, A_2 e A_3 . A lista poderia ser expandida, e não parece haver nenhuma razão para negar que isto seja possível. Então digamos que uma quarta pessoa é acrescentada à lista, e também uma quinta, uma sexta e assim indefinidamente. À medida que cresce a lista, maior torna-se a probabilidade de que *alguém* (que não sabemos quem é), não compareça ao evento; também, à medida que cresce a lista, mais forte torna-se a nossa razão para crer que alguém não comparecerá ao evento.

Ao longo dessa expansão, podemos razoavelmente supor que existirá um determinado momento em que seria razoável, ou no mínimo contraintuitivo, sustentar que alguém não

compareceria ao evento. E se isto acontecesse, haveria razão para crer em cada um dos elementos de um conjunto inconsistente da seguinte forma:

$$A_1, A_2... A_n, \sim (A_1 \& A_2... \& A_n)$$

Consequentemente, é possível que um sujeito possua crenças racionais e inconsistentes.

6.3 A VIAGEM DE AVIÃO

Você acaba de embarcar em um avião. Você sabe que viagens de avião são seguras e acredita, com boas razões, que após o término da viagem, chegará seguro em seu destino. Assim, você acredita racionalmente e com boas razões (ainda que não infalíveis) na seguinte proposição: “quando todos os cuidados de segurança necessários são tomados, é racional acreditar que não irá acontecer um acidente de avião”.

Entretanto, você sabe que mesmo os melhores cuidados não impedem que imprevistos *ocasionalmente* aconteçam. Certamente, você acredita que isto não vai acontecer com o *seu* avião. Se você acreditasse racionalmente que isto vai acontecer, não seria racional embarcar no avião (supondo-se, é claro, que você tenha o objetivo de manter-se vivo). Tampouco você acredita que qualquer viagem de avião em particular, quando conduzida em condições semelhantes à sua, resultará em um acidente. No entanto, você sabe que acidentes de avião acontecem, e que alguns não resultam de falhas ou descuidos de segurança.

Vamos supor que o conjunto de viagens de avião no ano atual seja $V_1, V_2... V_n$. Por hipótese, você memorizou o conjunto de viagens de avião planejadas para o atual ano. Assim, você acredita racionalmente em cada uma das proposições do seguinte conjunto:

1 – V_1 não vai resultar em um acidente, V_2 não vai resultar em um acidente... V_n não vai resultar em um acidente.

Entretanto, você acredita racionalmente que algum avião vai sofrer um acidente em algum lugar do mundo no atual ano, mesmo quando todos os cuidados de segurança possíveis

forem tomados. A probabilidade de que nenhum acidente aconteça, quando sabemos que aconteceram em todos os anos anteriores (vamos supor que tenha sido assim), é *muito baixa*. De fato, ela parece tão baixa (mesmo que não sejamos capazes de mensurá-la), que fornece uma boa razão para crer que ela de fato vai se realizar. Assim, você conclui que:

2 – $\sim (V_1 \text{ não vai resultar em um acidente} \ \& \ V_2 \text{ não vai resultar em um acidente...} \ \& \ V_n \text{ não vai resultar em um acidente})$.

Entretanto, 1 é inconsistente com 2. Consequentemente, você acredita racionalmente em um conjunto de proposições inconsistentes entre si.

6.4 ENCONTRO DE COLEGAS

Considere agora outra situação. Imagine que Silva, nosso personagem, publicou um recente livro, por exemplo, um livro de história que contém diversas informações e asserções factuais. Cada proposição do livro foi checada pelos mais rigorosos métodos científicos e apoiada pelas melhores evidências disponíveis. Cada proposição contida no livro, e que supomos expressar uma crença de Silva, pode ser considerada racional e apoiada por boas evidências.

Suponha que Silva encontrou o colega João e imediatamente começam a conversar. João é um historiador de renome e raramente engana-se em seus juízos, especialmente no que diz respeito à sua área de competência. Além do mais, ele é um destes raros tipos cuja honestidade está acima de qualquer suspeita – de fato, João é um caso praticamente incontestável de boa testemunha.

Ao longo da conversa, e para a surpresa de Silva, João afirma possuir consigo um documento histórico, descoberto em sua mais recente pesquisa, o qual mostra haver uma afirmação incorreta no último livro de Silva. Sem ter qualquer razão para duvidar do testemunho de João, ele imediatamente começa a conjecturar onde é que pode ter cometido algum erro. Não tendo menor ideia da localização do erro, curioso acerca da nova informação, esboça uma pergunta a este respeito. No entanto, antes que possa completá-la, a conversa é subitamente interrompida; João precisa despedir-se: um compromisso urgente o aguarda.

Após a despedida, Silva encontra-se convencido da veracidade do testemunho de João, ainda que lamente não ter tido tempo de obter mais informações. Contudo, imprevistos, interrupções deste tipo, não são apenas normais: são coisas que esperamos que aconteçam cedo ou tarde.

Assim, sua crença de que existe um erro no livro não parece irracional, pois tem como fundamento um testemunho confiável, do qual não há qualquer razão para duvidar. Formamos muitas crenças racionais desta forma, e o caso de Silva seria típico e não problemático, se não houvesse uma complicação adicional.

Suponha que o conjunto formado pelas proposições do livro é o seguinte:

(Proposições do livro): $P_1, P_2, P_3 \dots P_n$

Suponha ainda que o testemunho de João pode ser reformulado da seguinte maneira:

(Testemunho de João) Existe uma proposição P' no livro, tal que P' é falsa.

Como $P_1, P_2 \dots P_n$ são todas as proposições do livro, então o testemunho de João justifica ou autoriza a seguinte proposição:

(Negação da conjunção) $\sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$

O testemunho de João é claramente inconsistente com a negação da conjunção, pois o conjunto formado por $P_1, P_2 \dots P_n, \sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$ é inconsistente. Contudo, tanto a crença em cada uma das proposições do livro, como a crença no testemunho de João, são racionais. Assim, são possíveis crenças racionais e inconsistentes.

6.5 MEMÓRIA PARCIAL

Imagine que você escreveu um livro, tal que cada uma das proposições ali contidas seja racional ou justificada. Digamos que, em um determinado momento, enquanto você revisa o livro, descobre que existe uma proposição falsa. Imediatamente, você anota a

observação em um pedaço de papel, para se lembrar dela mais tarde.

Alguns dias depois, você retoma o manuscrito. Contudo, você não pode ignorar algumas coisas: lembra-se de ter encontrado algum erro no livro, da sensação de desapontamento por ter encontrado um problema, e de ter anotado em um pedaço de papel a localização do problema. Todavia, você não consegue encontrar mais o pedaço de papel, que provavelmente se encontra perdido na bagunça de suas anotações.

Seria possível lembrar-se de ter encontrado um erro, sem lembrar-se de qual era o erro? Aparentemente sim, e nossa memória parece funcionar às vezes dessa forma: lembramo-nos de algo, mas não lembremo-nos de todos os detalhes relativos a esse evento. Por exemplo, posso lembrar que tenho um compromisso agendado para amanhã, mas não lembrar qual compromisso, ou qual horário. Algo semelhante parece acontecer nesse caso.

Em vistas disso, podemos fazer a pergunta: a lembrança de ter encontrado e anotado um erro no livro, ainda que não consiga lembrar qual erro, é suficiente para crer que existe alguma crença falsa no livro? Vamos supor que sim e tentar descobrir quais consequências podem ser tiradas dessa suposição.

Digamos que o conjunto de proposições do livro seja o conjunto de n proposições $P_1, P_2, P_3... P_n$. Cada uma delas, por hipótese, é justificada ou racional. Porém, existe a evidência memorial de que *alguma* delas é falsa. Essa evidência justifica a crença de que $\sim (P_1 \& P_2... \& P_n)$. Ora, se $P_1, P_2, P_3... P_n$ são justificadas para um sujeito S e $\sim (P_1 \& P_2... \& P_n)$ é justificado para S , então S possui justificacão para cada um dos elementos do seguinte conjunto:

$$P_1, P_2, P_3... P_n, \sim (P_1 \& P_2... \& P_n)$$

O conjunto acima é inconsistente. Assim, se as suposições que fizemos forem corretas, então é possível que sujeito possua um conjunto de crenças inconsistentes e racionais.

7 FORMA GERAL DO PARADOXO

É possível abstrair dos diferentes casos que vimos uma forma ou estrutura, que descrevemos a seguir. Existe um conjunto de proposições racionais A_1, A_2, \dots, A_n para um sujeito S . O conjunto de evidências para A_1, A_2, \dots, A_n é respectivamente o conjunto de evidências E_1, E_2, \dots, E_n distintas e independentes entre si. Entretanto, existe uma evidência A' para $\sim (A_1 \& A_2, \dots, \& A_n)$. A' não faz parte de E_1, E_2, \dots, E_n , nem é evidência para negar qualquer proposição de $(A_1 \& A_2, \dots, \& A_n)$ individualmente. Contudo, o conjunto formado por $A_1, A_2, \dots, A_n, \sim (A_1 \& A_2, \dots, \& A_n)$ é um conjunto inconsistente.

A estrutura do Paradoxo do Prefácio pode também ser visualizada esquematicamente:

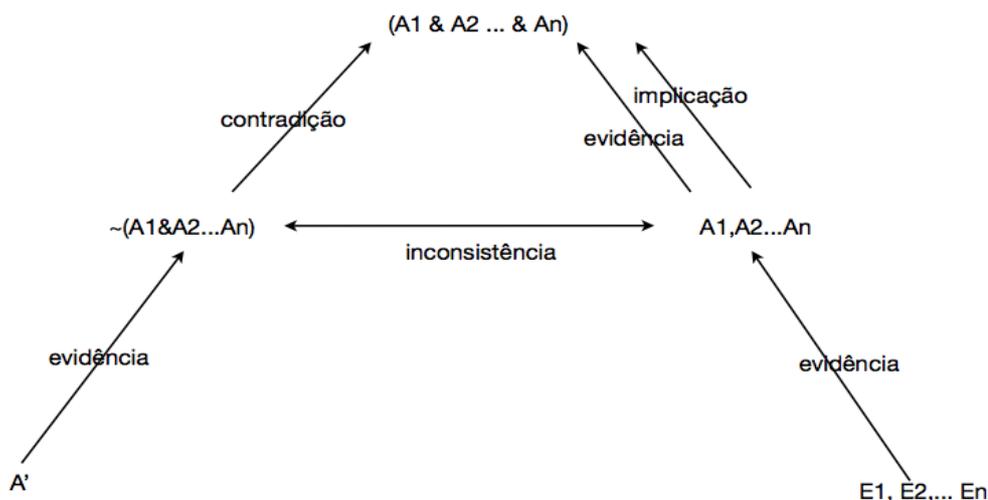


Figura 3 – A estrutura do Paradoxo do Prefácio

O problema que os paradoxos colocam-nos é o seguinte: não parece aceitável negar que A' seja efetivamente uma boa evidência para $\sim (A_1 \& A_2, \dots, \& A_n)$, nem parece aceitável revisar A_1, A_2, \dots, A_n , seja no todo ou em parte, com fundamento em A' . Contudo, tampouco queremos aceitar que crenças inconsistentes podem ser racionais.

Em todos esses contraexemplos, existe um conjunto de proposições justificadas para um sujeito S da forma A_1, A_2, \dots, A_n com base em um conjunto de evidências E . Paralelamente, existe uma evidência E' para crer que:

D: Existe uma proposição A_i , tal que A_i é falsa e pertence ao conjunto $A_1, A_2... A_n$.

A proposição D tem duas características relevantes: (i) a sua base evidencial; (ii) a sua forma.

Quanto à base evidencial, constatamos que D pode estar justificada a partir de diferentes fontes evidenciais. Pode partir de uma inferência indutiva, consistindo assim em uma projeção de erros passados no presente. Pode partir de certos fatos relativos à natureza da probabilidade e ao risco de erro: que a proposição “eu tenho alguma crença falsa” pode ter uma probabilidade muito baixa, tão baixa quanto quisermos. Por fim, D pode partir de uma evidência testemunhal ou até mesmo partir da memória.

Quanto à forma, a D é uma generalização existencial, não a negação de uma conjunção de todos os $A_1, A_2... A_n$, nem a negação de qualquer uma das $A_1, A_2... A_n$. Essa generalização existencial é indeterminada, i.e. ela não permite identificar qual é a proposição falsa em questão, ou seja, ela não discrimina onde está o erro, contentando-se simplesmente em afirmar que existe *algum*. A indeterminação de D explica, em parte, por que não acontece o que é comum quando descobrimos alguma falha ou erro em um conjunto de crenças: normalmente rejeitamos a proposição, ou conjunto de proposições, que mais provavelmente é a fonte do erro ou engano. Nada disto, entretanto, aplica-se ao Paradoxo do Prefácio e similares.

Essa parece ser a forma geral do problema, a matriz ou estrutura que pode ser repetida em uma infinidade de casos particulares. Todavia, devemos indagar: o que torna possível, ou, pelo menos, aparentemente possível, situações semelhantes a essa?

8 UMA HIPÓTESE EXPLICATIVA

Existem algumas hipóteses acerca do que explica o Paradoxo do Prefácio – qual é a raiz do fenômeno – e porque *parece* que o sujeito em questão possui justificção para cada uma de suas crenças individuais, e para crer que ao menos alguma delas é falsa.

Uma das explicações mais comuns do paradoxo, bastante natural e intuitiva, tenta dar conta do fenômeno utilizando algumas ideias básicas sobre probabilidade. De acordo com essa explicação, sugerida por Weisberg (2007) p. ex., a inferência de $A_1, A_2... A_n$ para $\sim (A_1 \& A_2... \& A_n)$ não transmite (ou não parece transmitir) racionalidade ou justificção porque a probabilidade da conjunção ser verdadeira pode ser muito menor que a probabilidade de qualquer um de seus elementos individuais. Mais especificamente, ao realizarmos a inferência, ao passarmos da premissa para a conclusão, aumentamos o risco de erro envolvido, tornamo-nos mais vulneráveis ao erro. Esse incremento no risco de erro pode ser tão elevado que uma situação como a seguinte eventualmente ocorre: um sujeito ter justificção para um conjunto de proposições, fazer uma inferência válida para sua respectiva conjunção, e, no entanto, perder justificção ao longo do processo. Isso é que alegadamente ocorre no Paradoxo do Prefácio⁴³.

É digno de nota que essa explicação não dá conta do Paradoxo do Prefácio generalizado. Por exemplo, no caso do Encontro de Colegas, a alegação de que é apenas provável, ou apenas possível, que a proposição do prefácio seja verdadeira, tem muito menos plausibilidade e força. Afinal, a evidência para a crença de que alguma das proposições individuais é falsa não é probabilística, muito menos indutiva; é uma evidência testemunhal que, por qualquer critério razoável, seria considerada uma boa evidência justificadora.

Essas constatações nos levam a procurar outra explicação para o problema. Mais uma vez, o conceito de anulador é uma ferramenta útil. Usaremos o exemplo do Paradoxo do Prefácio original, mas o mesmo raciocínio deve ser aplicado às outras variações do paradoxo. Temos algo mais ou menos assim: por um lado, “existe alguma proposição falsa no livro” não parece anular a justificção para qualquer uma das proposições individuais do livro, ou mesmo a justificção para todas delas. Por outro lado, a totalidade das proposições individuais também não parece anular a justificção da negação de sua respectiva conjunção.

⁴³ O problema do risco do erro, e sua relação com a probabilidade, também é abordado de maneira bem interessante por Williamson (2009).

Todavia, a justificação para a crença na negação da conjunção parece muito boa e poderia provir de diferentes fontes evidenciais – fato que fortalece a tese de que a negação da conjunção pode ser justificada. Ao mesmo tempo, as proposições individuais do livro parecem bem justificadas, ainda que a justificação seja falível. Como não sabemos qual dos corpos evidenciais deve ter prioridade sobre o outro, abre-se a possibilidade de que eles sejam, de alguma forma, simultaneamente racionais, e que, não tendo como racionalmente abrir mão de nenhum, um sujeito racional deve simplesmente aceitar ambos e a inconsistência que os acompanha, ou rejeitar a inconsistência, e adotar uma forma devastadora de ceticismo. A implicação cética dessa última alternativa fica bastante evidente quando notamos que o Paradoxo do Prefácio poderia ser generalizado, e que seria possível construir uma versão do Paradoxo do Prefácio que diz respeito à totalidade das crenças de um sujeito.

Uma solução adequada para o Paradoxo do Prefácio deve informar de forma convincente qual conjunto de proposições tem prioridade sobre o outro em todas as variações do exemplo original, ou, caso não haja maneira racional de optar por uma das alternativas mutuamente excludentes, como evitar as consequências aparentemente embaraçosas desse fato. Contudo, justificar de maneira plausível essa escolha não é uma tarefa fácil. O Paradoxo do Prefácio, que parecia antes um problema isolado, revela-se, em sua versão generalizada, um problema muito mais difícil e também mais interessante.

9 CONCLUSÃO

Não podemos afirmar que encontramos uma solução satisfatória do Paradoxo do Prefácio. Todavia, duas conclusões podem ser extraídas das páginas precedentes. A primeira conclusão é essencialmente negativa. A resposta mais natural e intuitiva ao Paradoxo do Prefácio, que denominei de “solução adverbial”, é inadequada. Em particular, ela conduziu a resultados paradoxais. O mais notável deles é aquele que nos obriga a escolher entre três opções indesejáveis: rejeição arbitrária, aceitação de inconsistências ou algum tipo de ceticismo. Além do mais, mesmo que fosse de alguma forma adequada para o problema em sua versão original, ela não daria conta do Paradoxo do Prefácio generalizado. Nada disso parece aceitável ou intelectualmente satisfatório. Tampouco foram mais bem sucedidas as análises de Ryan, Lehrer e Olin.

Há também algumas conclusões positivas. Mais especificamente, vimos que existe uma matriz ou forma, e que o Paradoxo do Prefácio exemplifica esse padrão genérico. Cinco exemplos foram produzidos: paradoxo da falibilidade, memória parcial, o evento, a viagem de avião o caso do encontro de colegas. Outros casos podem facilmente ser criados, uma vez compreendida a estrutura subjacente.

Também sugeri uma pista sobre como devemos tratar a questão daqui para frente. A raiz do problema parece ser que proposições da forma “existe uma proposição falsa em P_1, P_2, \dots, P_n ” não parecem necessariamente anular a justificção para qualquer uma das proposições P_1, P_2, \dots, P_n . Uma solução adequada do paradoxo deve explicar porque um conjunto de proposições tem prioridade sobre o outro, ou, caso não exista essa prioridade, como evitar as consequências desastrosas que parecem seguir-se desse fato.

Nenhuma das soluções aqui examinadas mostrou-se adequada; porém, isso não quer dizer que não possa haver outras, talvez mais plausíveis. Como em qualquer problema filosoficamente interessante, ainda resta muito a fazer. Contudo, mais importante que encontrar uma resposta, é compreender a natureza da pergunta, e as ramificações do problema. Se, ao fim e ao cabo dessa breve dissertação, isso tiver sido realizado, considero-me plenamente satisfeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. **Epistemic closure, skepticism and defeasibility**, 2011.
Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/68620107nw0x4430/?MUD=MP>>.
- BONJOUR, L. **The structure of empirical Knowledge**. Cambridge University Press: USA, 1985.
- CONNOR, E. A. The preface paradox. In: DANCY, J.; SOSA, E.; STEUP, M. (eds.) **Companion to Epistemology**. p. 1–825, 2011.
- CHRISTENSEN, D. **Putting logic in its place**. Oxford University Press:USA, 2004.
- EVNINE, S. J. Believing conjunctions. **Synthese**, v. 118, n. 2, p. 201–227, 1999.
- EVNINE, S. J. **Epistemic Dimensions of Personhood**. Oxford University Press, USA, 2011.
- FOLEY, R. Justified inconsistent beliefs. **American Philosophical Quarterly**, 16(4), 247–257, 1979.
- FOLEY, R. **The theory of epistemic rationality**. Harvard University Press: USA, 1987
- HOFFMAN, R. Mr. Makinson's Paradox. **Mind**, v. LXXVII, n. 305, p. 122–123, 1968.
- KLEIN, P. The virtues of inconsistency. **Monist (The) La Salle, Ill**, v. 68, n. 1, p. 105–135, 1985.
- KVANVIG, J. Coherentism and Justified Inconsistent Beliefs: A Solution. **Southern Journal of Philosophy**, v. 50, p.21-41, 2011.
- LACEY, A. The Paradox of the Preface. **Mind**, v. 79, n. 316, p. 614, 1970.
- LEHRER, K. Reason and Consistency. In: **Metamind**. Oxford: Clarendon University Press, 2004.

LEHRER, K. Theory of knowledge. **Westview press**: USA, 2000.

MAKINSON, D. Logical questions behind the lottery and preface paradoxes: lossy rules for uncertain inference. **Synthese**, 1–19, 2010.

MAKINSON, D. C. The paradox of the preface. *Analysis*, v. 25, n. 6, p. 205–207, 1965.

MELLOR, D. H. **Probability: A philosophical introduction**. Routledge: USA, 2005.

NEW, C. A Note on the Paradox of the Preface. **The Philosophical Quarterly**, v. 28, n. 113, p. 341–344, 1978.

OLIN, D. **Paradox**. Montreal CAN: McGill-Queen's University, 2003.

POLLOCK, J. L. Epistemology and probability. **Synthese**, 55(2), 231–252, 1983.

POLLOCK, J. L. The paradox of the preface. **Philosophy of Science**, 246–258, 1986.

PRIEST, G. **In contradiction**. Oxford University Press : USA, 2006

RYAN, S. The epistemic virtues of consistency. **Synthese**, 109(2), 121–141, 1996.

RYAN, S. The preface paradox. **Philosophical studies**, v. 64, n. 3, p. 293–307, 1991.

WEISBERG, J. **The Preface Paradox and the problem of easy Knowledge**.

Disponível em:

<<http://www.utm.utoronto.ca/~weisber3/docs/Junked/Easy%20Knowledge%20and%20the%20Preface%20Paradox.pdf>>.

WILLIAMS, J. N. The preface paradox dissolved. **Theoria**, v. 53, n. 2- 3, p. 121–140, 1987.

WHEELER, G., & Wheeler, G. A review of the lottery paradox. In: **Probability and Inference: Essays in Honour of Henry E. Kyburg, Jr.** King's College Publications: USA, 2007.

WILLIAMS, J. N. Inconsistency and contradiction. **Mind**, 90 (360), 600, 1981.

WILLIAMS, J. N. The preface paradox dissolved. **Theoria**, 53(2-3), 121–140, 1987.

WILLIAMSON, T. Probability and Danger. **The Amherst Lecture in Philosophy**, 4, 1–35, 2009.